

**centro de apoio a mulher em
situação de violência**

isabella vale



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E
URBANISMO

PROFESSOR ORIENTADOR
ROMEU DUARTE

—
trabalho de
curso 02

centro de apoio a mulher em situação de violência

AUTORIA
ISABELLA VALE MOREIRA

DEZEMBRO/2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M837c Moreira, Isabella Vale.

Centro de Apoio à Mulher em Situação de Violência / Isabella Vale Moreira. – 2019.
154 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia,
Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Romeu Duarte Júnior.

1. Centro de Apoio. 2. Delegacia da Mulher. 3. Violência contra à mulher. I. Título.

CDD 720

centro de apoio a mulher em situação de violência

—

BANCA EXAMINADORA

PROF. ROMEU DUARTE JR.
ORIENTADOR DAU-UFC

PROF. BRUNO DE PAIVA Y RAVIOLO
PROFESSOR CONVIDADO DAU-UFC

ADRIANA CASTELO BRANCO
ARQUITETA CONVIDADA

FORTALEZA, DEZEMBRO/2019

Agradecimentos

A experiência da socialização feminina nos papéis de gênero - ainda - é uma guerra silenciosa.

Evidentemente, ser mulher, desde sempre, é um ato de resistência. Nada mais sensato que começar agradecendo a uma longa lista de mulheres incríveis que serviram (e ainda servem) como incentivo para a realização dessa pesquisa. Aprofundar nela foi aprofundar em mim mesma, na minha própria história.

Meu maior agradecimento vai para todas as mulheres com as quais eu tive os primeiros contatos com o mundo, desde o dia em que nasci. Meu ciclo social e familiar mais próximo é composto, predominantemente, por mulheres muito fortes e corajosas, com as quais aprendi a ser igualmente forte e corajosa. Por outro lado, também com elas aprendi sobre as (infelizes) limitações que ser mulher nos impõe desde os primeiros respiros. Limitações essas que foram impostas por um modelo de medidas e valores turvos.

Portanto, por meio deste trabalho, cujo tema é tão delicado e importante, eu agradeço a todas as mulheres do passado, que lutaram por nós, mulheres de hoje. Muitas delas eu não conheço, não ouvi o nome e, provavelmente nunca ouvirei, mas contribuíram para a luta diária do posicionamento da mulher na sociedade, não se rebaixando para os machismos silenciosos do dia-a-dia. Agradeço às mulheres que não cediam aos abusos de seus companheiros, chefes e/ou familiares. Agradeço às mulheres que se expuseram e deram voz a um movimento até então calado e tímido. Agradeço às mulheres que duramente resistiram aos ofuscamentos do machismo. Agradeço a todas as mulheres que o fazem nos dias de hoje.

Certamente, agradeço também à minha mãe, Sandra Vale, mulher extremamente forte, inteligente e que me ensinou tudo o que eu precisava aprender sobre o amor. Obrigada à minha irmã, Máisa Vale, que sempre foi minha grande inspiração nessa vida. Obrigada à minha avó Franczy Vale, por ter me ensinado muito

sobre família e dedicação. À minha amiga Bárbara Melo, que divide comigo as angústias do mundo e desde sempre anda de mãos dadas comigo, aonde quer que eu vá. À minha amiga Tais Lemos, pelos conselhos sensatos e por me ajudar a enxergar as situações da vida através do seu olhar tão justo e empático. Às minhas amigas Sandra Maia e Rebeca Almeida, pelas trocas diárias de amizade e afeto.

Obrigada às minhas amigas e companheiras de faculdade Luana, Neuza e Sara, por compartilharem a jornada acadêmica comigo e fazerem parte da minha construção profissional.

Obrigada à Nina por toda dedicação e sinceridade ao longo de todos os meus 25 anos. Nina é a mulher que me ensina todo dia sobre força. Nina é força! Desejo a todas nós mulheres que sejamos mais "Nina", desejo energia na luta a favor da desconstrução.

Obrigada também ao meu pai, Mairlon Moreira, por, enquanto homem e pai, não ter me limitado aos moldes da sociedade e me permitido crescer plenamente capaz de me enxergar como ser humano, antes de qualquer papel de gênero.

Obrigada igualmente ao Geraldo, por toda paciência e apoio, por ser meu escape nessa jornada de finalização de ciclos. Obrigada por tornar o processo mais leve, assim como a vida.

sumário

03

legislação e equipamentos

histórico de lutas e conquistas

quem é Maria da Penha?

a Lei Maria da Penha

06

o projeto

o projeto

premissas

programa de necessidades

fluxograma

implantação/ volumetria

estrutura

01

introdução

justificativa

objetivos gerais

objetivos

específicos

metodologia

04

referências projetuais

centro de oportunidades para mulheres | Ruanda

ventre urbano delegacia de Mollet

casa da mulher brasileira

07

desenhos técnicos

02

a violência contra a mulher no Brasil

contextualização - introdução à problemática

o surgimento de uma consciência feminista

o reflexo da desigualdade de gênero no Brasil

a violência contra a mulher no Brasil

quem são as vítimas?

quem são os agressores?

os tipos de violência

o ciclo da violência e o silêncio

as consequências

05

diagnóstico do contexto urbano

a parangaba

justificativa

análise da legislação

sistema viário

08

considerações finais

conclusão

bibliografia

“

Não sei de ninguém que me vendeu
Por dois camelos pra você
Em um negócio armado no meio da
rua

Nem cartório algum reconheceu
Um documento que explicita em
papel
Que legalmente eu sou sua

Quando eu disse sim aquela hora
Eu disse sim aquela hora
Eu não disse sim por toda a eterni-
dade

Não me leve a mal
Mas você não me tem
Eu não sou um chapéu
No armário de alguém
Não valho um real
Também não valho cem
Eu sou problema meu

Clarisse Falcão - "Eu Sou Problema Meu" (2016)

CAPÍTULO 01

—

introdução

1. Justificativa

Todos os dias, no Brasil e no mundo, um grande número de mulheres são submetidas a alguma forma de violência. Essa violência sistêmica é uma manifestação de uma desigualdade construída historicamente, que vigora até hoje nos mais diversos campos da cultura e da sociedade.

Colocar em debate essa pauta se tornou um dos mais importantes objetivos deste século. A gravidade do problema é, principalmente, decorrente da falta de compreensão sobre a própria desigualdade e das relações de poder que foram construídas juntamente com os papéis associados aos gêneros. As consequências são expostas através da negação de direitos e da intolerância social, gerando, assim, níveis assustadores de violência.



As múltiplas formas de violência contras as mulheres estão baseadas ainda em sistemas de desigualdades que se retroalimentam, sobretudo em relação às questões de gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero.

Marai Larasi, diretora executiva da Imkaan, organização não-governamental feminista negra, e da End Violence Against Women Coalition (Coalizão de Combate à Violência contra Mulheres), sediadas no Reino Unido.

Abordar o assunto da violência contra a mulher é falar das relações entre pessoas circunscritas em normas de gêneros específicos. Faz-se necessário levar o olhar para os primórdios da humanidade, procurando entender a formação da sociedade, suas relações e classes sociais, para compreender o papel da mulher dentro da sociedade atual.

Ao longo dos anos, com o surgimento dos ideais de poder e da sociedade de classes, os homens foram elevados socialmente, e as mulheres diminuídas. A mulher passou a ser vista como inferior, no papel de apenas esposa e dona de casa. Dessa forma, a sociedade se caracterizou, essencialmente, pela dominação

masculina. A partir daí, foi instaurada a desigualdade sociocultural entre os sexos.

O quadro se agrava diante do histórico de colonização e desenvolvimento econômico do Brasil, que passou 388 anos sob um regime de escravidão legal, e apenas 130 anos se passaram desde que este regime escravagista foi abolido. A legislação do Brasil Colônia dava direito aos maridos de assassinar suas mulheres. Portanto, o que na atualidade é reconhecidamente absurdo, por muito tempo já foi encorajado e apoiado pela lei.

Por muitos anos, para a mulher, se propagou um mito equivalente, da defesa dessa pretensa superioridade do homem. Dessa forma, o histórico de lutas da mulher se confunde com sua própria história, o que torna sua luta ainda maior e mais difícil, por se tratar de uma luta contra própria cultura.

Não se pode negar, muito menos deixar de debater, que os números da violência contra a mulher na verdade não condizem com a realidade que se está tentando construir, muito menos com a (suposta) evolução social da qual muitas pessoas se orgulham. Convivemos, ainda, com a sensação da crescente violência contra a mulher. Portanto, debater e desmistificar o machismo é uma das maiores responsabilidades desse século.

2. Objetivos Gerais

O presente trabalho propõe a construção de um equipamento de apoio e referência à mulher em situação de violência, em qualquer uma das suas instâncias.

3. Objetivos Específicos

Propor uma tipologia multifuncional que abrigue as atividades necessárias para o combate à violência à mulher, como:

- Tipologias de alojamentos provisórios para abrigar as mulheres e suas famílias que se encontram em situação de risco de vida e que precisem sair de casa a fim de garantir sua integridade física e psicológica;
- Área para acompanhamento psicológico;
- Assistência social, jurídica e médica;
- Espaço para capacitação profissional, com objetivo de impulsionar a entrada das vítimas no mercado de trabalho, visando fortalecer sua autonomia;
- Oferecer espaço para a realização de projetos sociais voltados para as suas necessidades e interesses.

4. Metodologia

01. Referencial Teórico

A partir de uma pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos, documentários, entrevistas, páginas da internet, pesquisas realizadas por órgãos federais, etc., foi reconhecido o problema. Através dessa pesquisa, estuda-se a viabilidade e eficácia da proposta apresentada neste caderno.

02. Visita aos equipamentos destinados ao suporte à mulher vítima de violência

Para o presente trabalho foram realizadas visitas à Casa da Mulher Brasileira, ajudando a entender sobre o tema, demandas e ter acesso à informações mais específicas sobre dados da violência em Fortaleza.

03. Referencial Projetual

Estudo de projetos que tangenciem o tema e obras nacionais implementadas no Brasil, servindo como referencial programático e arquitetônico.

04. Análise do Contexto Urbano

Apresentação do estudo do contexto urbano onde está localizado o terreno, checando viabilidade e parâmetros norteadores para o desenvolvimento do projeto.

**a violência
contra a
mulher no
brasil**

1. Contextualização - Introdução à Problemática

A desigualdade de gênero nem sempre foi uma realidade na sociedade humana. As relações de papéis sociais e comportamentais presentes na sociedade primitiva se estabeleciam de maneira completamente diferente da observada na grande parte da história da humanidade. O modelo seguido nos primórdios da existência humana era, comprovado por arqueólogos e antropologistas, baseado na ginococracia, onde a mulher era a figura de liderança da comunidade. Nesse período, a maternidade era considerada um dom divino e concedia às mulheres prestígio e poder, destacando a herança matrilinear, visto que a organização das comunidades surgiam do vínculo biológico da mãe e do filho. Portanto, o ato de gerar e nutrir uma vida tinha uma carga de poder elevada na sociedade primitiva.

Segundo Evelyn Reed (2008), o mito da pretendida superioridade social do sexo masculino não era sequer conhecido, pois a direção social das mulheres não estava fundada sobre a opressão do homem. Não eram conhecidas desigualdades sociais, pois não existia o parâmetro de comparação sexual, visto que a sociedade estava baseada numa plena igualdade.

Ainda de acordo com Reed, quando o homem aprendeu a produzir o próprio alimento, com a origem da agricultura, manifestou-se a necessidade de uma organização do trabalho. Essa divisão ocorreu na esfera sexual, visto que, naturalmente, homens possuem força física comprovadamente maior, então cabiam a eles determinado tipo de tarefas. Já para as mulheres, cujas habilidades eram mais manuais e intelectuais, estipulavam-se habilidades que exigiam menor da força física.

Começou a surgir a sociedade de classes e o mito da pretendida superioridade masculina, fantasiada por trás da estereótipos e preconceitos rasos, resultante de uma ideia completamente distorcida de superioridade.

“

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 1998, p. 20)

Com a eclosão da sociedade de classes surgiu a distinção dos papéis comportamentais e sociais e, consequentemente, a desigualdade entre os sexos. Essa sociedade se caracterizava pela alegoria da supremacia masculina, que era defendida e difundida pela comunidade, pelo Estado, pela Igreja, pelas instituições familiares e pelas próprias mulheres. Essa sociedade acreditava que a própria natureza havia presenteado o homem com atributos físicos e intelectuais ausentes no sexo feminino, portanto, o homem deveria ser considerado espontaneamente superior. Já as mulheres carregavam um corpo considerado obstáculo para sua autonomia: possuem capacidade reprodutora e são fisiologicamente menos potentes, eram vistas como complementares, seres frágeis e subordinados às necessidades secundárias do gênero masculino, enquanto estes comandavam todos os setores da vida social, política, cultural e familiar. Dessa maneira, a figura do homem foi elevada, enquanto por outro lado a figura da mulher era proporcionalmente diminuída. Portanto, cabia à mulher apenas servir ao homem, como uma forma de impulsionar a visibilidade e a autoridade masculinas.

“

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. (Beauvoir, 1949, p.12)

Toda essa atmosfera de poder e influência que cercava a figura masculina criou um sentimento de posse sobre a mulher, onde o homem se viu no direito de banalizar a imagem feminina e reduzi-la às suas aparências físicas mais do que outros aspectos a definem enquanto indivíduo.

Desde cedo foram ensinadas, através da massificação das mídias e dos valores culturais repassados, que o corpo e aparência são a principal (e talvez única) fonte de poder, valor e felicidade.

A reduzida posição na sociedade que destinava as mulheres, exclusivamente, aos afazeres domésticos e à vida materna negava o acesso à educação e à participação na vida pública. A privação desses direitos e falta de perspectiva para além das amarras impostas criou, dentro da mentalidade feminina, uma existência limítrofe. As mulheres passaram a acreditar que não haviam oportunidades nem lugar para elas fora desses papéis pré-estabelecidos pelos homens através de conceitos pretensiosos e superficiais.

fonte: <http://www.euvejo.vc/objeto-objetificacao-e-o-seu-corpo/>



“ Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam, na indústria, na política, etc., maior número de lugares e postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começaram a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles o sabem, elas mal duvidam. (Beauvoir, 1949, p.17)

Nesse contexto, a luta das mulheres por visibilidade era especificamente focada em carências extremamente significativas para a época, como privação à educação; direito ao divórcio; acesso ao mercado de trabalho; proibição da participação na esfera pública política; proibição do direito ao voto, imensamente ligada ao exercício da cidadania, conseqüentemente



Foto: Mulher trabalha em fábrica de armamento em 1916 – Roger Viollet – Reproduzido do livro “Sutiãs e Espartilhos: uma história de sedução”

mulheres não eram consideradas dignas do título de cidadãs; entre outras pautas.

A partir do século XIX, diante da situação social precária em que as mulheres estavam submetidas, começaram a surgir alguns estalos de consciência de uma luta, que iniciou-se preliminarmente por direitos humanos. Grande destaque nesse momento deve ser dado a Nísia Floresta, precursora do feminismo brasileiro, educadora, escritora e poetisa, que teve papel fundamental na luta pelo acesso à educação para as mulheres. Nísia tinha uma visão das mulheres completamente inovadora para a época, entendendo-as como figuras sociais importantes, dotadas de uma identidade fundamental para o crescimento das sociedades. Segundo a educadora em seu livro “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens” a situação de ignorância em que as mulheres estavam mantidas era diretamente responsável pelas dificuldades que enfrentavam, estando submetidas à um ciclo vicioso, pois, por não terem instrução, não podiam participar da vida pública; não participando da vida pública, continuavam sem instrução.

Nísia fundou a primeira escola para meninas no Brasil que ensinava línguas, ciências naturais e sociais, artes, matemática, além de desenvolver métodos pedagógicos inovadores. Foi considerada uma afronta à ideologia da época, visto que esse conhecimento cabia apenas aos homens, restando às mulheres uma educação aos moldes do patriarcado, que se restringia a uma alfabetização básica para leitura de textos religiosos, bordado, costura e cuidados do lar.

“

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?”

(Nísia Floresta Brasileira Augusta em Direitos das mulheres e injustiça dos homens, 1832).

2. O Surgimento de Uma Consciência Feminista

De acordo com STEARN (2010), com o avanço industrial e tecnológico, as mulheres começaram a ser requisitadas no mercado de trabalho, principalmente no setor têxtil, cujas atividades estavam associadas à imagem feminina, pois eram atividades relacionadas à costura e habilidades finas. Devido à carência de maquinaria e tecnologias naquela época, a indústria têxtil ainda se tratava de uma atividade predominantemente manual, por isso esse setor era destinado às mulheres e crianças. Então, as mulheres começaram a ingressar nesse mercado de trabalho, principalmente as menos favorecidas economicamente. O recente ingresso em um nicho completamente novo, predominantemente masculino, trazia em seu bojo um agravante a mais: o ambiente bastante opressor, realidade constatada não somente pelo fato da classe operária ser historicamente oprimida, como também pelo fato de serem mulheres. Dentro da classe operária, homens já tinham seus direitos muito reprimidos, sendo mulheres então, esses direitos eram completamente inexistentes, as mulheres eram totalmente invisibilizadas. A ausência de direitos trabalhistas dificultava qualquer conquista dentro da realidade do trabalhador operário.

“

Quando o sistema confiou a nova tarefa da educação dos filhos, viu-se constrangido a abrir-lhe, ao mesmo tempo, o mundo da instrução e da cultura. Foi então que a mulher se descobriu “MULHER”, inquieta, buscando, (...) lutando contra as regras que ferem o ser. Porém, essas lutas inscrevem-se entre aquelas que são de todos os homens que têm buscado sua liberdade. (BARACHO, 2006, p.)

Ainda no século XIX constatou-se a aparição dos primeiros resquícios feministas nas lutas por direitos e condições básicas de trabalho, porém, foi somente no começo do século XX que a mulher encontrou espaço para lutar pela regularização do seu trabalho, com o suporte das greves operárias que incorporaram



Foto: sitraemg.org.br

as lutas das mulheres por salários equivalentes aos dos homens, diminuição da carga horária e abolição do trabalho noturno, condições as quais as mulheres eram submetidas, além dos abusos e violências físicas e psicológicas por parte dos patrões.

Essa realidade sub-humana começou a gerar uma indignação e despertar uma consciência sobre as desigualdade a qual as mulheres eram submetidas e, assim, começaram a questionar os modelos rígidos da estrutura social e lutar para garantir seu espaço e por condições básicas de sobrevivência dentro do ambiente de trabalho. Dentro desse cenário de lutas e discussões acerca do fortalecimento da figura da mulher, uma das conquistas desse mesmo período foi a aceitação no serviço público, que abriu debate para a inserção da mulher na política, posto que até então, esse papel era exclusivo dos homens.

Foi apenas em 1932 que a mulher brasileira conquistou o direito ao voto, fato que simbolizava um gigantesco progresso feminino dentro da esfera pública política. O sufrágio feminino, acompanhado do direito de se candidatar e ser eleita, foi uma conquista de longas batalhas históricas, onde foram quebradas barreiras sociais extremamente rígidas, portanto tinha uma representação histórica para a luta dos direitos das mulheres.

A partir da década de 60 o movimento feminista começou a se tornar mais expressivo e organizado, conduzindo algumas mudanças nos valores culturais e na perspectiva da humanidade masculina. Nesse período, foram incorporadas pautas que são grandes problemáticas vividas e debatidas até hoje, como a igualdade entre os gêneros, equiparação salarial e a violência doméstica.



Foto: <https://pmb.org.br>

3. O Reflexo da Desigualdade de Gênero no Brasil

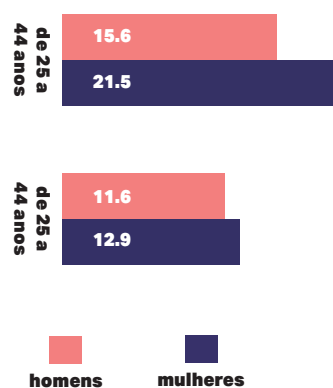
Os séculos XIX e XX foram marcados pelo começo da transformação da condição da mulher dentro da sociedade. Todas as conquistas relatadas tiveram e, ainda têm, papel crucial na contínua luta da mulher contra a desigualdade enraizada na nossa cultura, que ainda vive dentro do padrão hierárquico relativo ao modelo da sociedade patriarcal e do capitalismo. A burguesia conservadora continua a enxergar a emancipação da mulher como uma ameaça à seus interesses, visto que, apesar da progressiva mudança de paradigma e do aumento da visibilidade da mulher, as relações de poder continuam as mantendo ausentes da participação ativa da produção do conhecimento de maneira equalizada com o sexo masculino.

Os reflexos desses longos (e ainda vividos) anos de conflito na dualidade dos sexos trouxe consequências que acabaram moldando a realidade da vida das mu-

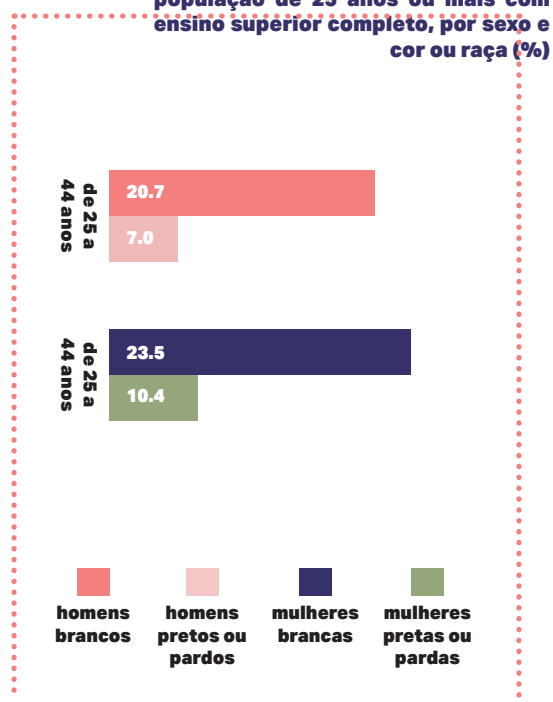
lheres, que não se reivindicam como sujeito, pois não possuem os meios concretos para tanto, uma vez que estes meios estão controlados pelos seus congêneres. A resposta desse processo fica evidente quando analisamos os indicadores de gênero em todos os setores.

De acordo com IBGE (2018), o lento processo de mudança dos padrões culturais de gênero amenizou as tradicionais barreiras à entrada das mulheres no mercado de trabalho, reduziu a taxa de fecundidade e elevou continuamente os níveis de escolaridade das mulheres nas últimas três décadas. Diversos indicadores confirmam essa tendência geral de aumento da escolaridade das mulheres em relação aos homens, apesar da estrutura ocupacional de homens e mulheres permanecer bastante desigual.

população de 25 anos ou mais com ensino superior completo, por sexo, segundo grupos de idade (%)



população de 25 anos ou mais com ensino superior completo, por sexo e cor ou raça (%)



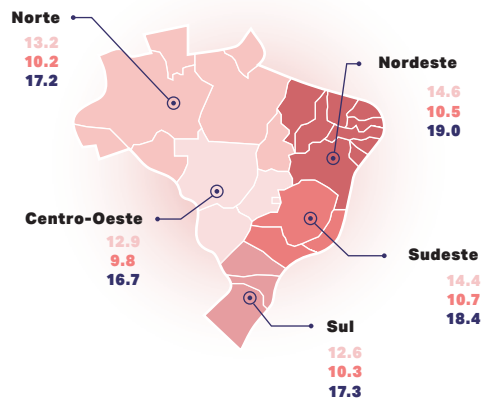
Gráficos elaborados pela autora, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016, IBGE.

A análise dos dados gráficos mostra que, em média, as mulheres superam os homens nos indicadores educacionais analisados. Contudo, percebe-se ainda uma grande desigualdade entre mulheres brancas e pretas ou pardas, o que demonstra que cor ou raça é fator preponderante na desvantagem educacional. Porém, apesar de apresentarem os melhores resultados, evidenciando que são mais qualificadas para as vagas de emprego, as mulheres ainda não alcançaram resultados compatíveis com sua qualificação no mercado de trabalho.

Dentro do particular aspecto da dedicação aos afazeres domésticos, atividade anteriormente atribuída exclusivamente às mulheres, observa-se que - de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no estudo Estatísticas de gênero:

indicadores sociais das mulheres no Brasil (2018) - em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais. O recorte por cor ou raça nesse aspecto indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. Observa-se que o indicador pouco varia para os homens quando se considera a cor ou raça ou região de residência.

média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo



RECORTE POR COR OU RAÇA

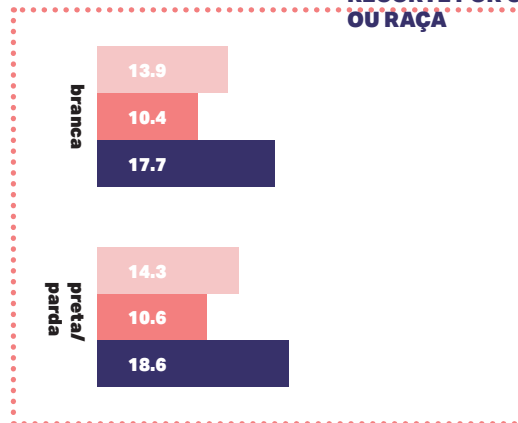
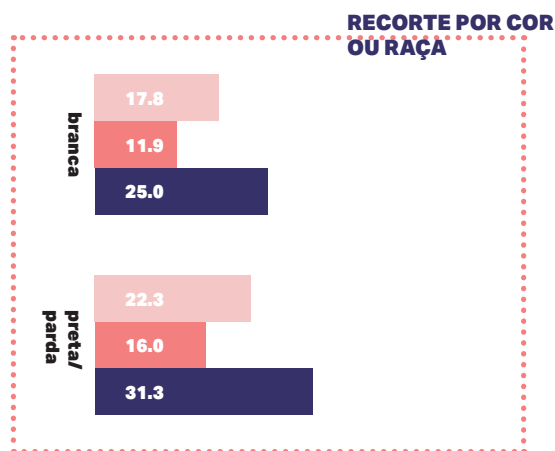
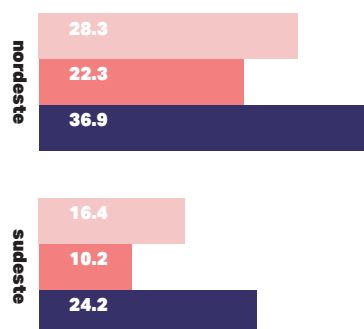
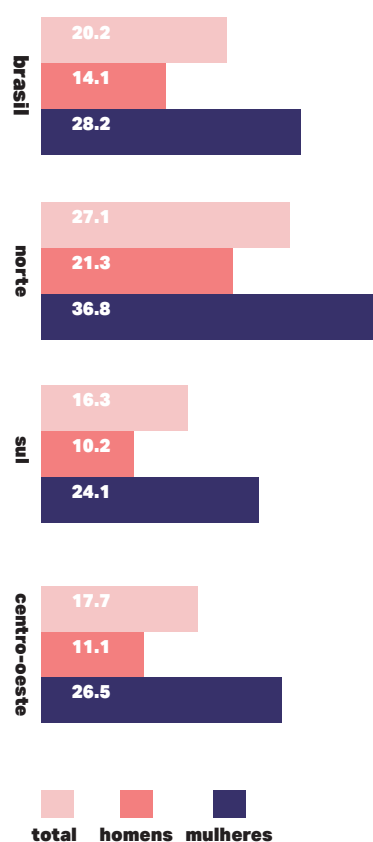


Foto: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016.

total homens mulheres

proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial na semana de referência, por sexo (%)



A carga horária dedicada às atividades mencionadas se mostra um fator fundamental no diferencial de inserção ocupacional entre homens e mulheres determinado pela divisão sexual do trabalho. No ensino superior, a maioria feminina é de classe média e possui alguma infraestrutura familiar que permite a entrada no espaço acadêmico. Porém, as tarefas caseiras, além dos cuidados e preocupações com os filhos continuam pesando diferentemente entre homens e mulheres. As mulheres que precisam conciliar trabalho remunerado com afazeres domésticos, acabam por trabalhar em ocupações com carga horária reduzida. Essa barreira se torna mais tênue quando outras mulheres (mais pobres e, geralmente, negras) estão trabalhando em suas casas. Dessa maneira, o trabalho doméstico ainda se estabelece como uma entrave à libertação feminina. De acordo com o indicador de proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, por sexo, mostra um

percentual mais elevado de mulheres que trabalham em período parcial, de até 30 horas, quando comparado com os homens.

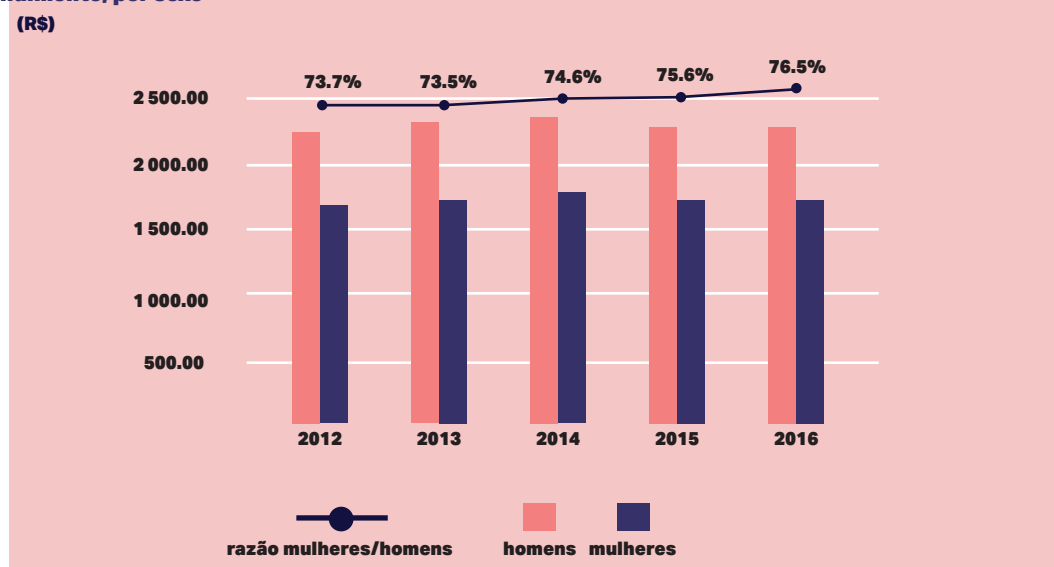
Quando analisamos os mesmos dados por regiões do país, concluímos que as desigualdades mais marcantes são observadas nas Regiões Norte e Nordeste. Outro agravante expressivo é observado no recorte por cor ou raça, onde os dados mostram que as mulheres pretas ou pardas são as que mais exerceram ocupação por tempo parcial, atingindo 31,3% do total, enquanto 25,0% das mulheres brancas se ocuparam desta forma, em 2016. Para os homens, somente 11,9% dos brancos se ocuparam por tempo parcial, ao passo que a proporção de pretos ou pardos alcançou 16,0%.

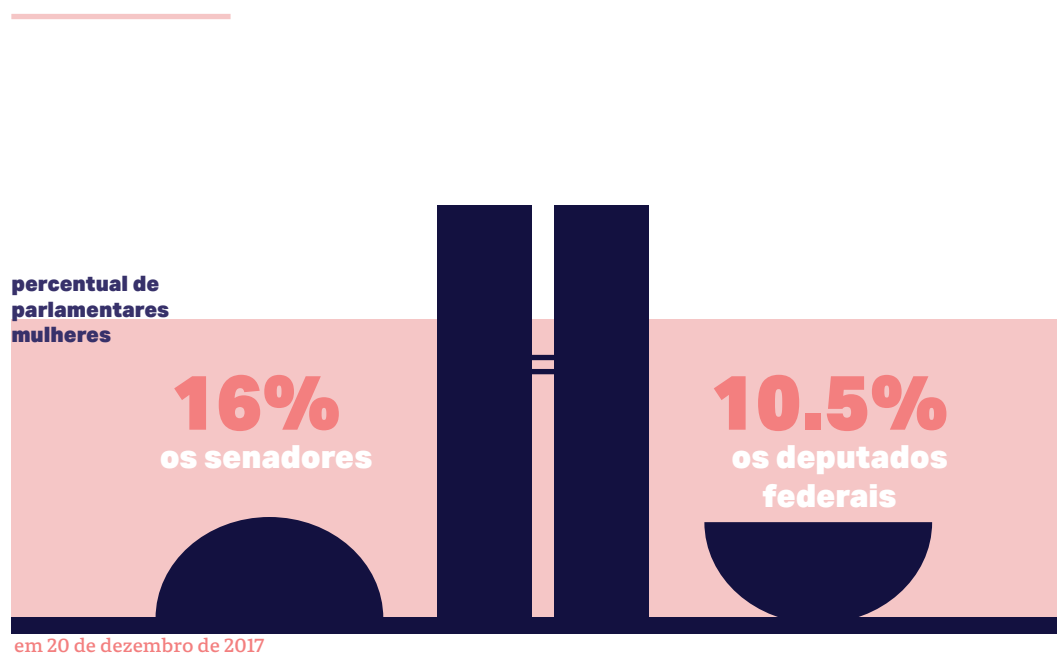
Dentro desse contexto, a taxa de desemprego no Brasil também se estabelece em maior porcentagem dentro do gênero feminino. Segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, no segundo trimestre de 2018 o Brasil contava com 13 milhões de desempregados, uma parte dos 27,6 milhões de trabalhadores sub-utilizados.

De acordo com o levantamento feito no recorte por gênero, as mulheres, apesar de corresponderem a 52,4% da população em idade de trabalhar, representam 51% dos desempregados e homens 49%. Esse percentual reflete o atraso da mulher na inserção no mercado de trabalho, demonstrando que elas têm mais dificuldade de arrumar emprego e se manter empregadas.

Outro aspecto relevante para a análise da desigualdade de gênero no Brasil é a diferença de rendimentos entre homens e mulheres. Nesse específico aspecto, a segregação ocupacional e a discriminação salarial das mulheres no mercado de trabalho refletem na diferença dos salários que elas recebem comparada com os homens. Nesta comparação, os resultados desagregados por nível de instrução apontam que o diferencial de rendimentos é mais elevado na categoria ensino superior completo ou mais, em que as mulheres receberam 63,4% do que os homens, em 2016.

rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razões de rendimento, por sexo





O fechamento da análise dos dados evidencia a contribuição para a explicação da própria natureza dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres, em que se destaca a maior proporção dedicada aos trabalhos com carga horária parciais.

Outro aspecto de extrema relevância para a análise do impacto da desigualdade de gênero no Brasil é a participação de mulheres na política que, atualmente, se configura como demasiadamente desigual. A dificuldade de ocupar cargos de poder e alcançar uma voz ativa na sociedade deriva de todo o histórico de exclusão analisado anteriormente. Segundo o ranking elaborado pela União Interparlamentar Internacional (UIP) em fevereiro de 2019, o Brasil aparece em uma posição preocupante, entre os 193 países classificados de maneira decrescente, o país ocupa a 132ª colocação em representatividade feminina nos parlamentos.

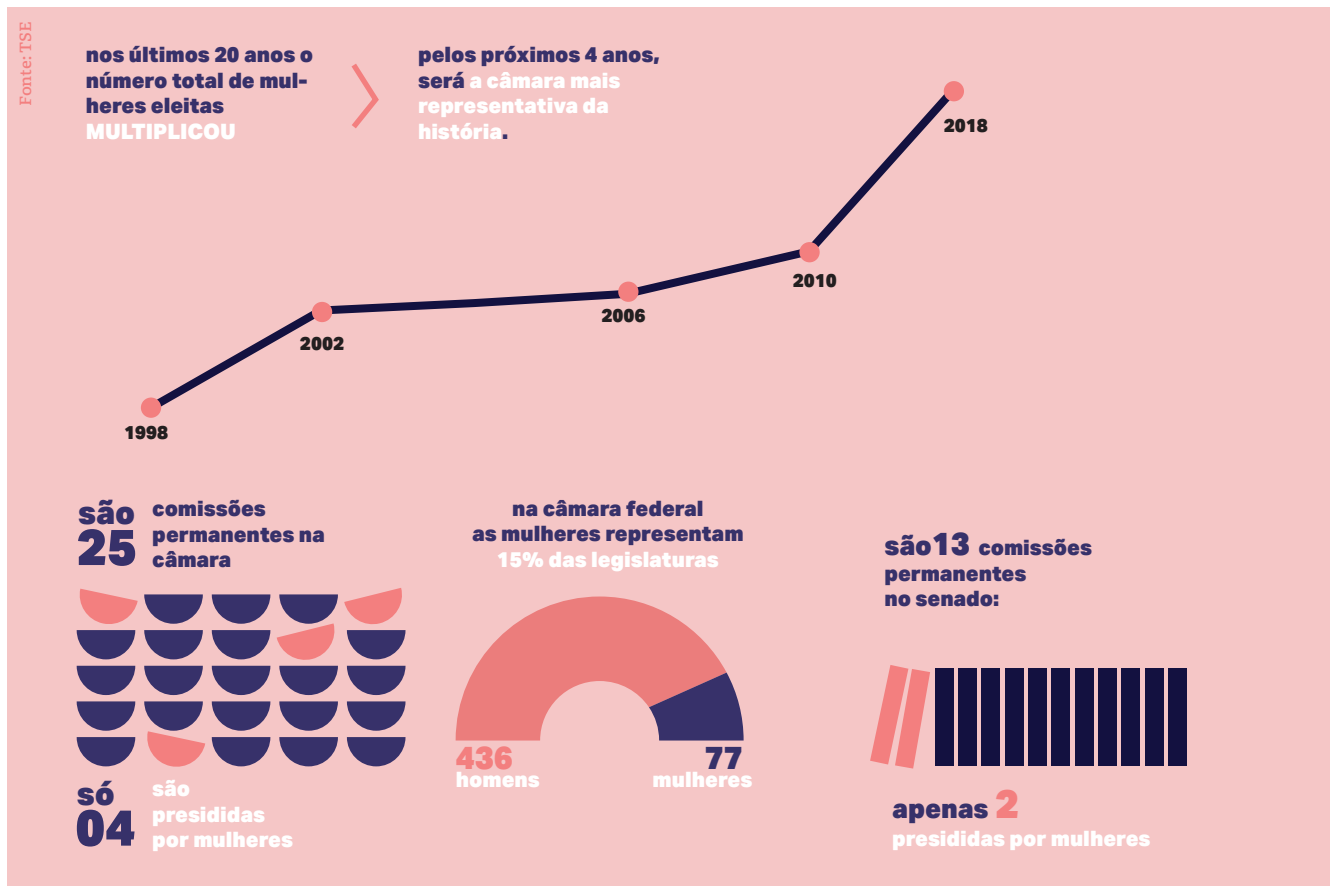
Essa baixa representatividade dentro da esfera política impede o pleno exercício da democracia, bem como o desenvolvimento cultural e econômico do país.

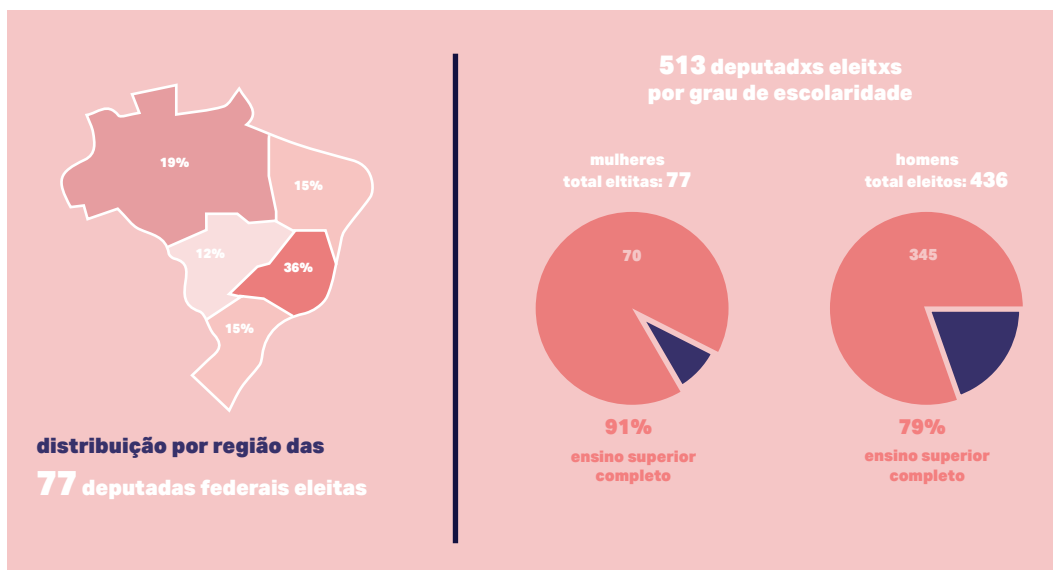
A existência de cotas eleitorais que asseguram uma porcentagem mínima de 30% e máxima de 70% de participação de cada sexo por partido ou coligação partidária em eleições proporcionais (lei 12.034) pouco tem contribuído para amenizar a realidade do país, visto que o percentual de mulheres no poder permanece praticamente o mesmo desde 1940. A explicação para tal fato, além do baixo engajamento da sociedade com as pautas feministas, é a questão da candidatura laranja, onde várias mulheres que se inscrevem na lista de cotas partidárias na realidade não possuem interesse em pleitear um cargo político, estão ali apenas para cumprir com o coeficiente estabelecido no processo eleitoral.

De acordo com dados do IBGE no estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil realizado em 2014 em convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres com base nos resultados do Censo Demográfico de 2010, apesar da existência de cotas, em 20.12.2017, o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional era de 11,3%. No Senado Federal, composto por eleições majoritárias, 16,0% dos senadores eram mulheres e, na Câmara dos Deputados, composta por eleições proporcionais, apenas 10,5% dos deputados federais eram mulheres. A proporção de mulheres nos parlamentos nacionais e também na chefia dos governos locais (prefeituras) está no rol de indicadores da Agenda 2030, no bojo do objetivo 5: “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

Apesar de representarmos 51% da população, somos minoria no Parlamento. Esse descompasso, segundo estudos eleitorais, se deve a fatores como ausência de apoio às candidaturas femininas, inclusive no seio dos partidos políticos, e ao maior sucesso eleitoral dos candidatos que já eram parlamentares anteriormente. Assim, embora as mulheres constituam mais da metade da população brasileira, o fato de estarmos subrepresentadas dentro das esferas da vida pública reforça a urgência de políticas voltadas para a redução das desigualdades de gênero.

Ainda que o número total de mulheres esteja aumentando, a bancada feminina ainda ocupa um espaço insuficiente. Assegurar a igualdade de acesso aos processos de tomadas de decisão e participação na vida pública é um passo importante para a visibilidade das lutas feministas.





A participação feminina na Câmara aumentou 51% em relação a eleição anterior, de 51 para 77 mulheres eleitas. As comissões permanentes na Câmara são responsáveis por promover debates e fiscalizar ações do executivo, além de votar projetos de lei em suas áreas de atuação. As comissões presididas por mulheres na Câmara são: Cultura (Benedita da Silva - PT-RJ); Defesa dos Direitos da Mulher (Luisa Canziani - PTB-PR); Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Lídice da Mata - PSB-BA); Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Professora Marcivânia - PCdoB-AP).

Atualmente, a bancada feminina ocupa 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados, de acordo com o site Agora é que são Elas, apesar do avanço significativo, o número continua abaixo da média na América Latina, que conta com 28,8% de representação feminina nas Câmaras dos Deputados ou Câmaras Únicas.

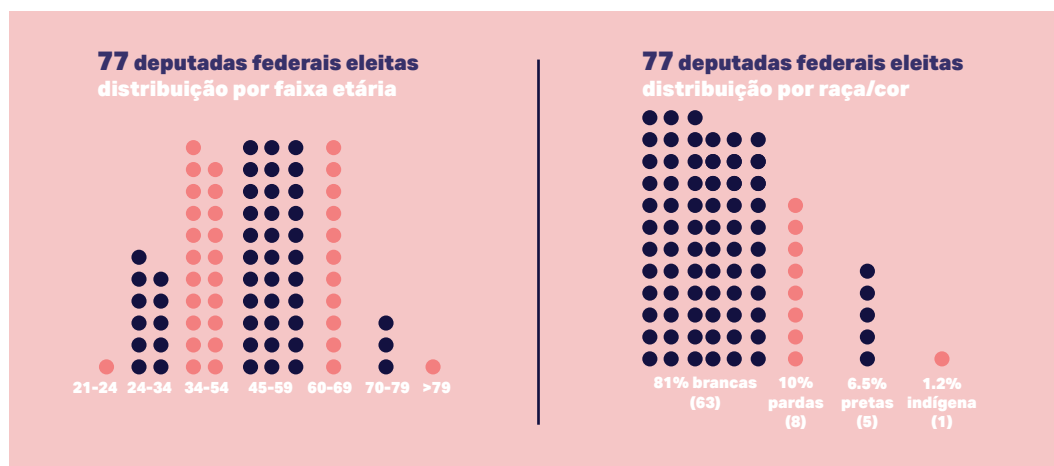
No Senado, apenas 2 das 13 comissões permanentes são presididas por mulheres: Simone Tebet (MDB-MS) preside a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e Soraya Thronicke (PSL-MS) que comanda a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A distribuição por região do Brasil das deputadas federais evidenciam a ineficiência da legislação brasileira que exige uma cota mínima de 30% de mulheres por partido nas eleições. Ano passado (2018) o TSE criou a obrigatoriedade da destinação de também 30% do fundo eleitoral para impulsionar candidatas femininas. Essas medidas, embora configurem um passo importante na garantia do espaço feminino no meio político, ainda não são suficientes para ampliar o número de mulheres nos espaços de poder.

Um estudo feito pela ONU Mulheres Brasil em 2017 mostra que, numa avaliação de 174 países, o Brasil ocupa a 154ª posição na participação de mulheres no Congresso. Atualmente as deputadas federais representam apenas 15% e as senadoras são 13% do Parlamento Brasileiro.

que os fragmentos do período pós-escravidão. Dessa maneira, as estatísticas revelam que o Brasil se encontra longe de alcançar a igualdade de gênero e raça, na realidade, esses fatores afunilam as possibilidades da mulher no âmbito da vida pública.

Portanto, apesar das transformações sociais que vem acontecendo ao longo do último século sob a perspectiva de gênero; com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, crescente escolarização, redução da taxa de fecundidade, disseminação de métodos contraceptivos, maior acesso a informação; as mulheres continuam dedicando mais tempo aos afazeres domésticos do que os homens, participando em porcentagem consideravelmente reduzida na vida política, recebendo salários menores, etc.



Quando analisamos o recorte por cor/raça, percebemos que a porcentagem sofre uma redução ainda maior. Segundo o IBGE, as mulheres pretas e pardas - que constituem a maioria da população brasileira - representam apenas 2,5% das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados. Essas 13 deputadas federais representam 48,5 milhões de brasileiras autodeclarada pretas e pardas no Censo de 2010, esses dados denunciam

Dentro desse aspecto, as questões de gênero e raça revelam indicadores ainda mais assustadores.

“

Os poderosos do Brasil querem asfixiar as conquistas que vieram das lutas populares, mas nós, mulheres, negras, das periferias, ponta de lança das transformações e de um mundo melhor, vamos enfrentar esse disparate autoritário

Marielle Franco

4. A Violência Contra a Mulher no Brasil

Embora os avanços na luta pelo reconhecimento como indivíduo autônomo e capacitado sejam relevantes, o machismo ainda impera na sociedade e suas marcas são sentidas fortemente até hoje.

“

Apesar da grande evolução desde o período colonial, a imagem feminina continua intimamente ligada ao papel de mãe, esposa e dona de casa. Segundo Teles (2003), só foram acrescentados alguns adjetivos aos já cunhados pela sociedade, “foram “adicionados: sexy, sensual, trabalhadora, bonita – justamente os papéis trabalhados pela publicidade através de suas representações” (TELES, 2003, p. 157).

A objetificação da mulher têm sua origem num ideia completamente distorcida sobre uma sexualidade pautada em poder, onde o corpo da mulher é resumido à uma finalidade: satisfazer os desejos do corpo masculino. Ainda no período colonial, as mulheres escravas desempenhavam apenas serviços domésticos e sexuais. Segundo Freyre (2006, p. 602), “(...) mulheres que, ainda meninas, se casavam; que muito cedo tornavam-se mães, que ainda novas começavam a envelhecer. E cuja única atividade, fora a procriação, a devoção e a administração das mucamas, era fazer renda e fazer doce”.

Foto: Veja - Abril.com



“

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser

(BOURDIEU, 1998, p. 82)

Criou-se, dessa forma, um estereótipo em torno da figura feminina visto como intrínseco a qualquer mulher, que resulta na sua redução, enquanto ser humano, à uma gama de características e limitações. Por sua vez, esse estereótipo se reflete na mudança de pensamento das mulheres com relação aos seus próprios anseios; que anteriormente se restringiam à luta por inclusão social e política, visibilidade no mercado de trabalho, equidade salarial, etc; que hoje precisam incorporar também preocupações sobre o controle do próprio corpo, visto que estão inseridas em um mundo perspectivado pelo homem.

O reflexo desse processo de apropriação do corpo feminino por parte dos homens induziu uma mentalidade agressiva de posse, muitas vezes apoiada pelo Estado e pela própria família. A evidência desse produto cultural se materializou, durante o Brasil-Colônia, na forma da lei. Nesse período, a função jurídica das mulheres era ser subserviente aos maridos, que, por sua vez, eram vistos como donos das esposas, assim como eram donos de seus bens materiais, terras e escravos. O sistema jurídico que vigorava durante esse período era o mesmo que existia em Portugal. Pelo exposto na Ordenação Filipina, promulgada no reinado de Dom Felipe II, especificamente, não eram aplicadas penas aos maridos por praticarem castigos corporais às mulheres e aos filhos, bem como o direito de matar a mulher, caso a apanhasse em adultério, também era assegurado.

“

Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assi a ella, como o adultero, salvo se o marido for peão, e o adultero Fidalgo, ou nosso Dezembargador, ou pessoa de maior qualidade.

(ORDENAÇÕES FILIPINAS, liv. 5.o, tit. XXXVIII)

Portanto, a história da situação jurídica da mulher no Brasil, que trazia em seu âmago o conservadorismo do poder patriarcal, em muito contribuiu para a instauração de uma cultura de objetificação feminina, no momento em que se dispõe da própria vida da mulher em detrimento de uma “honra” masculina. A naturalidade com a qual a sociedade enxergava a violência doméstica garantiu a perpetuação desse modelo de comportamento.

Por muitos anos a pauta da violência de gênero foi silenciada pela prerrogativa masculina dentro da sociedade machista, que por muitas vezes escrachava as mulheres que denunciavam seus agressores. O suporte, tanto na legislação brasileira, quanto na vida social, era praticamente inexistente. Dessa forma, muitas mulheres que sofriam agressões por parte de seus companheiros, não chegavam a denunciá-los.

Logo, o problema não é novo, pelo contrário, é quase tão antigo quanto a humanidade. A novidade é a recente preocupação com o enfrentamento dessa violência, como uma questão de direitos humanos. Mais recente ainda, é a criminalização da violência contra as mulheres, não apenas no âmbito da lei, mas também na consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores.

Foto: Brasil de Fato - brasildefato.com.br



CAPÍTULO 02

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

As estatísticas atuais relacionadas ao tema e às políticas públicas voltadas para o seu enfrentamento têm variado ao longo do tempo. Em janeiro de 2019, a organização internacional Human Rights Watch divulgou um relatório apontando que o Brasil enfrenta uma epidemia de violência doméstica, detectando que a taxa de homicídios de mulheres é maior do que em qualquer outro país que compõe a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na qual figuram 36 nações.

A análise dos números dos números de casos de feminicídio no Brasil denuncia a urgência de medidas de combate à violência de gênero. De acordo com a 12ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 2018, que consolida dados do setor de segurança pública no Brasil em 2017:





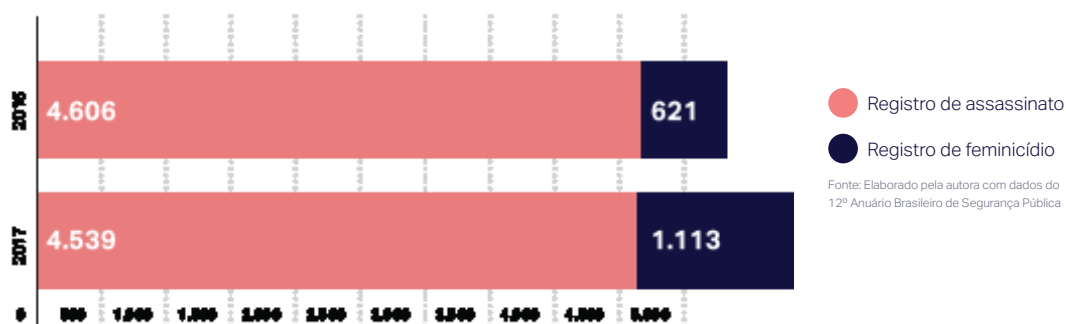
1 mulher assassinada
a cada **2h** em 2017

e apenas 1.113 casos foram
registrados como feminicídios

4.539

mulheres vítimas de feminicídio

24,5% dos casos de mortes violentas de mulheres foram registrados como feminicídio em 2017. Em 2016, este número foi de 13,5% dos casos.



177 mulheres
foram **espancadas** no Brasil
a cada hora

164

mulheres estupradas
por dia

536

mulheres agredidas
por hora

“

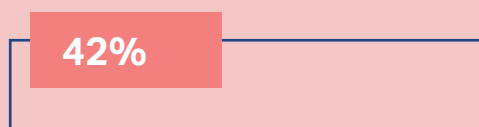
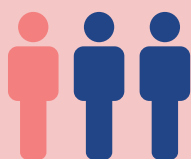
Não se insere a qualificadora do feminicídio já no primeiro registro de ocorrência porque, na maioria das vezes, o atendimento da ocorrência não é feito com o viés de gênero necessário, que levaria em consideração, por exemplo, se existiam boletins de ocorrência realizados por aquela vítima, ou medidas protetivas, detalhes sobre a cena do crime, instrumento utilizado, corpo da vítima, dentre outros sinais que já permitiriam uma capitulação inicial.

Ana Rita Souza Prata - Defensoria Pública do Estado de São Paulo

assédio sexual

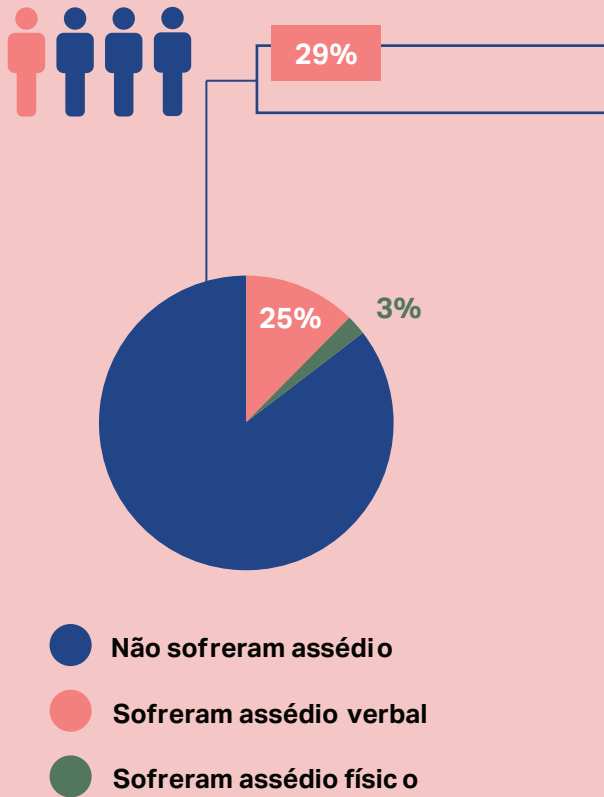
1 em cada 3
declara já ter sofrido assédio sexual

(Datafolha, 2017)



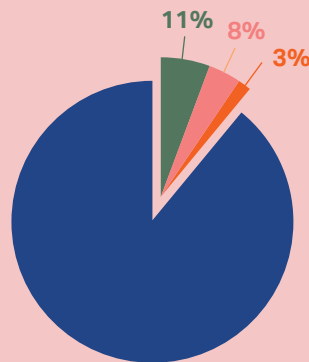
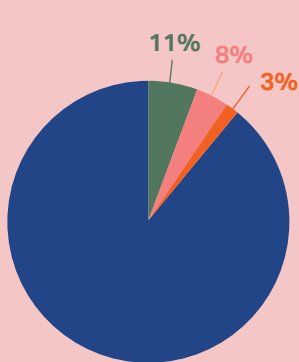
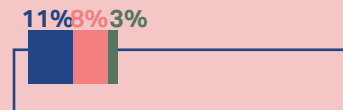
1 em cada 4 declara já ter sofrido assédio sexual na rua

(Datafolha, 2017)



1 em cada 5 declara já ter sofrido assédio sexual no transporte público

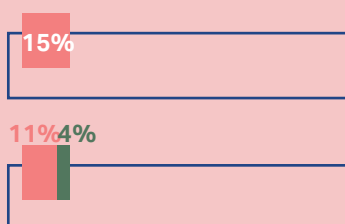
(Datafolha, 2017)



- Não sofreram assédio
- Sofreram assédio verbal
- Sofreram assédio físico
- Sofreram ambos

1 em cada 7 declara já ter sofrido assédio sexual no ambiente de trabalho

(Datafolha, 2017)



- Não sofreram assédio
- Sofreram assédio verbal
- Sofreram assédio físico

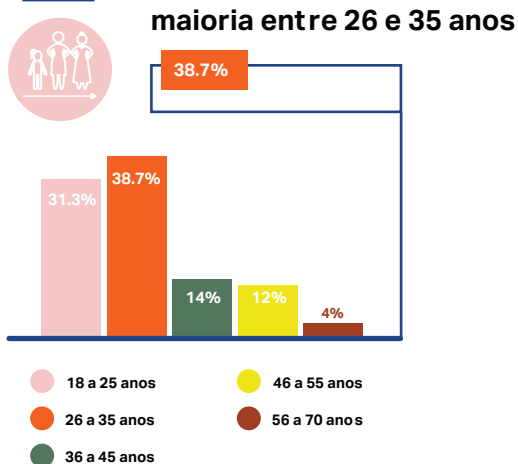
5. Quem são as vítimas?

Outro aspecto de extrema importância para a compreensão das origens e das manifestações da violência doméstica é identificar o perfil das vítimas, com a finalidade de encontrar padrões de comportamento no intuito de combater de maneira eficaz o problema. Sabe-se, de acordo com dados divulgados através de pesquisas, que a violência atinge à todas as mulheres, porém, diante do exposto, é possível identificar que, através dos recortes de raça, geográfico, econômico, etc., a existência de uma diferença alarmante no número de casos. Analisando a população feminina através da variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já conhecido: de acordo com dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%. Além desse recorte, percebe-se que fatores como idade, grau de escolaridade e renda também são analisados, mostrando o resultado da produção e reprodução da iniquidade que permeia a sociedade brasileira.

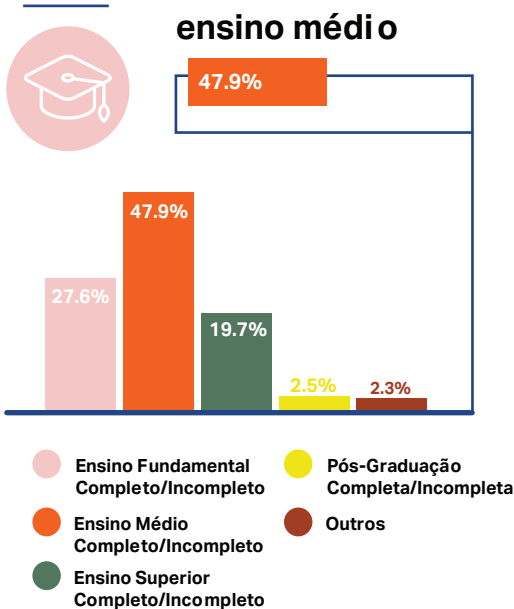
Faz-se válido mencionar que, todos os dados analisados dependem diretamente da denúncia por parte das mulheres, dessa forma, não se pode caracterizar com exatidão quem são, de fato, as vítimas, visto que muitas mulheres que sofrem violências de gênero não denunciam seus agressores.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Ceará, feita por amostragem com 568 mulheres que receberam assistência jurídica, psicológica e social da Defensoria, em Fortaleza, entre janeiro e dezembro de 2018, mostra que:

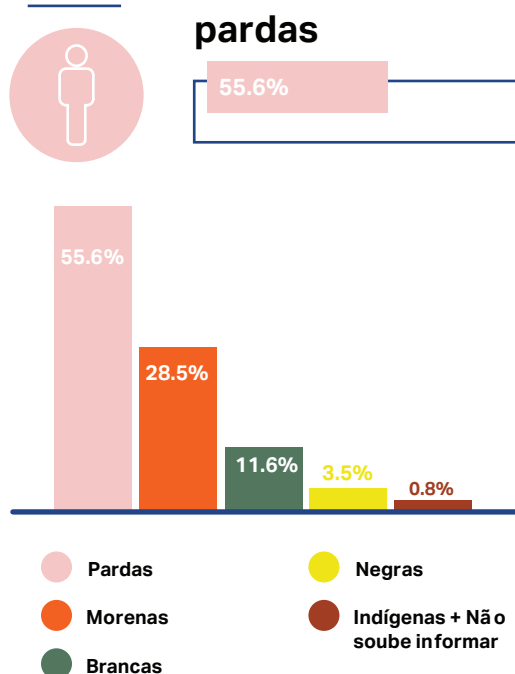
idade



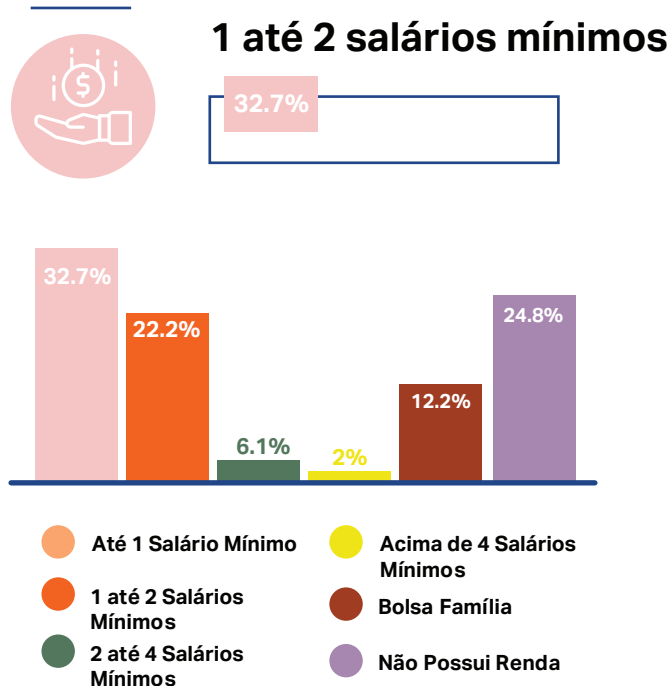
grau de escolaridade



cor/raça



renda mensal



Diante dessa análise, entender quem são as mulheres que mais relatam os casos de assédio não necessariamente implica que são as que mais sofrem agressões. Muitos fatores tangenciam a esfera da conscientização da violência, onde perceber que está sofrendo abuso é fator relevante, isto posto, entende-se que o grau de escolaridade pode pesar, bem como ser dependente economicamente do agressor também pode ser uma barreira para a denúncia. Nesse contexto, portanto, observa-se que as mulheres com menos escolaridade e dependentes financeiramente podem estar sendo excluídas das políticas públicas, vagando no esquecimento pelo fato de não aparecerem nos números das pesquisas, apesar de, por exemplo, os indicadores de assassinato de mulheres negras serem absurdamente superiores ao de mulheres brancas, eles não foram qualificados como feminicídio, prejudicando a precisão dos resultados das pesquisas. Uma das explicações para tal fato é o despreparo e falta de conhecimento das autoridades judiciárias sobre a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 09/03/2015), que é relativamente nova.

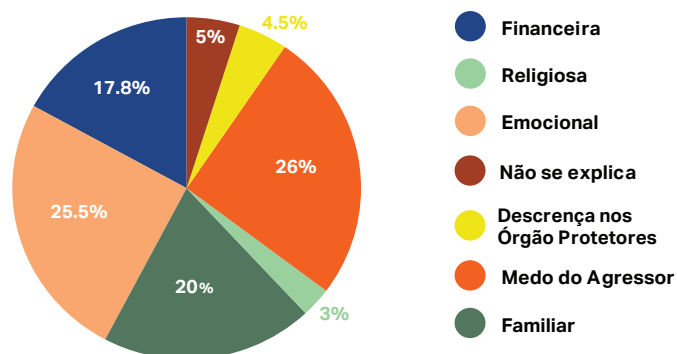
6. Quem são os agressores?

A identificação do perfil dos agressores das vítimas de violência doméstica é um dos mais importantes passos no enfrentamento e prevenção desse tipo de violência. O diagnóstico preciso da realidade desses agressores é peça-chave no processo de desenvolvimento das políticas públicas elaboradas para combater o problema, uma vez que, além do tipo de relação estabelecida entre agressor e vítima influenciar no processo de recuperação destas, o acompanhamento dos agressores compõe parte das ações de enfrentamento à violência, visto que contribui para a responsabilização dos homens pela violência cometida e para a desconstrução dos padrões machistas de comportamento reproduzidos por eles.

Porém, apesar da destacada importância na identificação do agressor, esta não é tarefa fácil, visto que ele é o "cidadão comum", o trocador do ônibus, o empresário, o professor, o religioso. Em geral, este criminoso não apresenta características aparentes, como um assaltante com uma arma na mão. A violência doméstica está impregnada na nossa sociedade de maneira que ela se tornou invisível.

Conforme os resultados da pesquisa realizada pelo Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Ceará no ano de 2018, mostra que os agressores, em sua grande maioria, são do convívio próximo das vítimas, como mostram os gráficos abaixo:

empecilho pro rompimento



Segundo a pesquisa Visível e Invisível – A Vitimização de Mulheres no Brasil, a própria casa ainda é o lugar onde as mulheres mais sofrem violência. 42% das entrevistadas apontam a casa como local onde aconteceu a agressão, seguida de 29% que alegaram ter sofrido violência na rua. Dessa forma, a própria casa ainda representa o lugar menos seguro para as mulheres, o que torna ainda mais difícil o processo de denúncia, pois implica em uma ruptura emocional e física muito maior. Esses casos demandam uma carga de autoconsciência e lucidez muito grandes por parte das vítimas, que geralmente se encontram com o psicológico já muito abalado.

54,6% das mulheres apontaram o medo do agressor como um dos fatores que as impedem de romper o ciclo de violência. Outras dependências apontadas pelas mulheres foram emocional (50,2%), familiar (41,37%) e financeira (36,8%);

quem são?

Ex-companheiro

45%

Cônjuge

36%

Ex-cônjuge

6%

Companheiro

4%

Familiar

4%

Ex-namorado

3%

Namorado

2%

7. Os tipos de violência

Entende-se por violência contra a mulher todo tipo de agressão que a impede de desfrutar dos seus direitos e liberdades fundamentais, garantidos pela Constituição Federal. A identificação e classificação dos tipos de violência é essencial para a obtenção de um diagnóstico mais preciso. De acordo com o Diagnóstico de Violência Doméstica e Familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais, de 2018, cabe ressaltar que essa tipologia está sujeita a diferenças institucionais de classificação. Nesse sentido, os crimes contra mulher são compostos pelos seguintes tipos de delito: violência física, violência psicológica,

violência patrimonial, violência moral e violência sexual. A composição desta tipificação, baseada na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), considerou naturezas criminais e delituosas que se apresentaram mais compatíveis com as definições dos tipos de violência contemplados no referido dispositivo legal, a saber:

Violência Física

É entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher. É o tipo de violência mais relatado nas delegacias da mulher, pois são os mais fáceis de identificar, visto que a mulher sofre lesões corporais como socos, tapas, enforcamentos, etc.

Violência psicológica

Entendida como qualquer conduta que causa algum dano emocional e/ou diminuição da autoestima da mulher, ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões. É um dos tipos mais comuns e difíceis de serem detectados pelas vítimas e tratados, apesar do dano psicológico, quase sempre, ter consequências devastadoras. Muitas mulheres não denunciam a violência psicológica, pois não acreditam estarem sofrendo algum tipo de violência.

Violência Sexual

É entendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de

relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade.

Violência patrimonial

Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. São exemplos: furto, extorsão ou dano; controlar o dinheiro; deixar de pagar pensão alimentícia; privação de bens, valores ou recursos econômicos; etc.

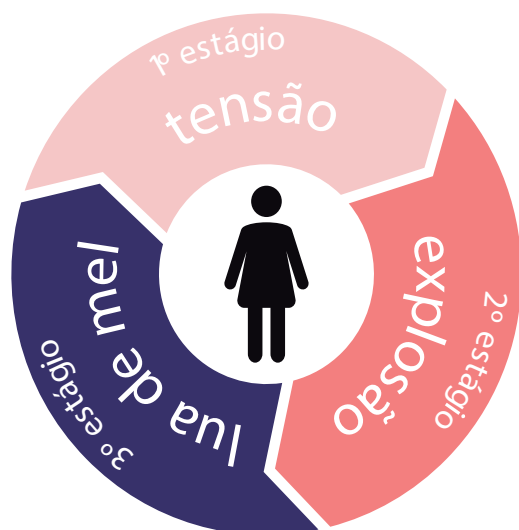
Violência Moral

Apesar de pouco comentada, acontece, infelizmente, com muita frequência. É entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Se configura violência moral quando o agressor emite opinião contra a reputação moral da mulher e faz críticas mentirosas visando apenas diminuí-la. São exemplos: calúnia, difamação, injúria, etc.

8. O ciclo da violência

Clarificar as mulheres sobre os ciclos da violência se mostra como parte crucial da prevenção do feminicídio. Ao longo dos anos de estudo e pesquisa sobre esse tipo de violência foi possível notar a existência de um padrão de comportamento por parte dos agressores. Dessa forma, entende-se que a violência contra a mulher se manifesta através de um padrão cíclico que se estabelece, normalmente, em três etapas que se repetem constantemente. O ciclo começa na “tensão”, quando o casal perde o diálogo e se instaura o clima hostil através de provocações e ofensas. A partir disso, perde-se o controle e a tensão pode se tomar outras proporções, começa a “explosão”. Nessa segunda etapa a violência física acontece através de tapas, socos, sexo forçado, etc, além dos ataques psicológicos. Em alguns casos há um rompimento, numa tentativa exausta da vítima de quebrar vínculos ou até de evocar arrependimento no agressor. O terceiro estágio é denominado “lua de mel”, onde o homem entende que perdeu a mulher e quer reconquistá-la, prometendo mudanças de comportamento.

Muitas mulheres, por diversos fatores como dependência financeira, o anos para realizar a denúncia e interromper a relação. Muitas mulheres, inclusive, sofrem por toda a vida e nunca conseguem, de fato, por um fim do relacionamento. Porém, essa violência só pode ser interrompida de duas maneiras: com a interrupção da relação ou, em último estágio, feminicídio. Por isso, o apoio e conscientização da vítima se mostra tão importante para que ela tenha suporte e forças para sair com vida e reestabelecida dessa situação.



9. As consequências

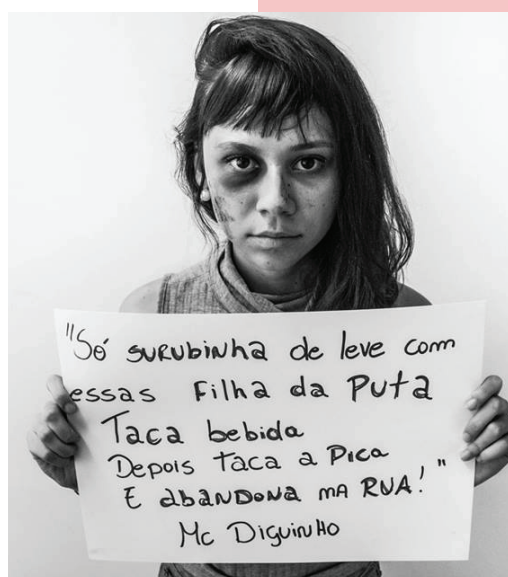
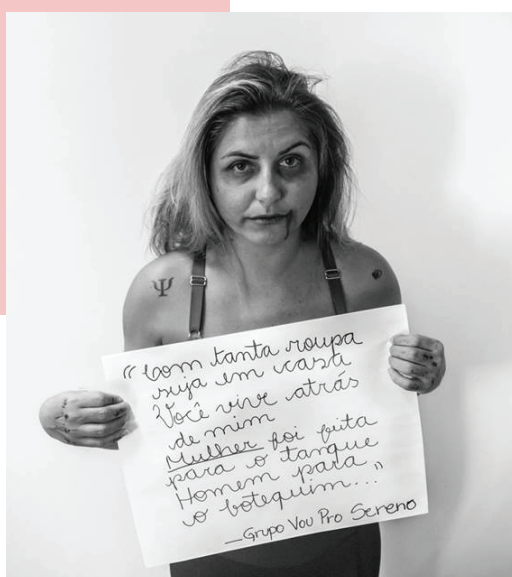
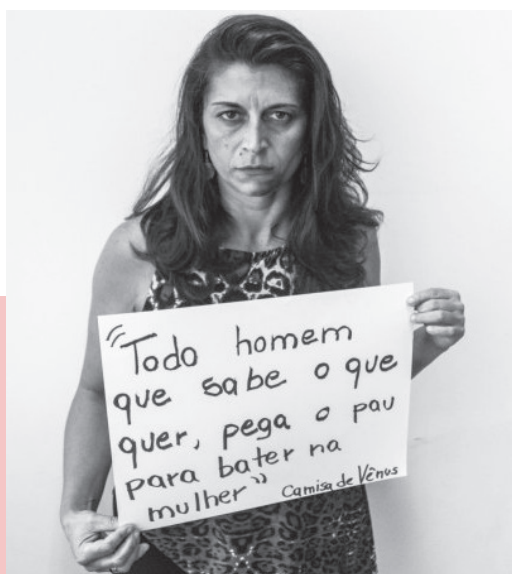
Os impactos na vida das mulheres vítimas de violência de gênero podem se estender por diversos setores, além dos traumas óbvios que as agressões físicas deixam. De fato, porém, os primeiros impactos são sentidos na saúde mental das vítimas, que, por sua vez, podem desencadear outras consequências, como baixa produtividade no trabalho, comprometimento de funções cognitivas, tais como concentração e memória, etc. Há também outras consequências decorrentes da violência doméstica para a saúde mental que podem afetar indiretamente a capacidade laborativa da mulher como é o caso da depressão (White e Satyen, 2015), o alcoolismo (Kaysen et al., 2007) e uso de drogas ilícitas (Atkinson et al., 2009). Em casos extremos, a violência doméstica pode levar também ao comportamento suicida (Devries et al., 2011).

Igualmente revoltante é a situação em que se encontram as mulheres que tem seu acesso ao mercado de trabalho restringido pelo agressor, perdendo sua autonomia econômica, restrição da liberdade.

“

Ser vítima de violência doméstica no Brasil impacta negativamente em várias dimensões relacionadas à capacidade laboral e produtividade como autonomia, capacidade decisória, nível de estresse, entre outras. Além disso, a violência produz uma maior instabilidade na dinâmica do mercado de trabalho, ou seja, essas vítimas intercalam períodos de curta duração de emprego com períodos de curta/longa duração de desemprego. Por fim, ser vítima desse tipo de violência produz impactos consideráveis na produtividade e no salário.

(Carvalho e Oliveira, 2017, p. 20)



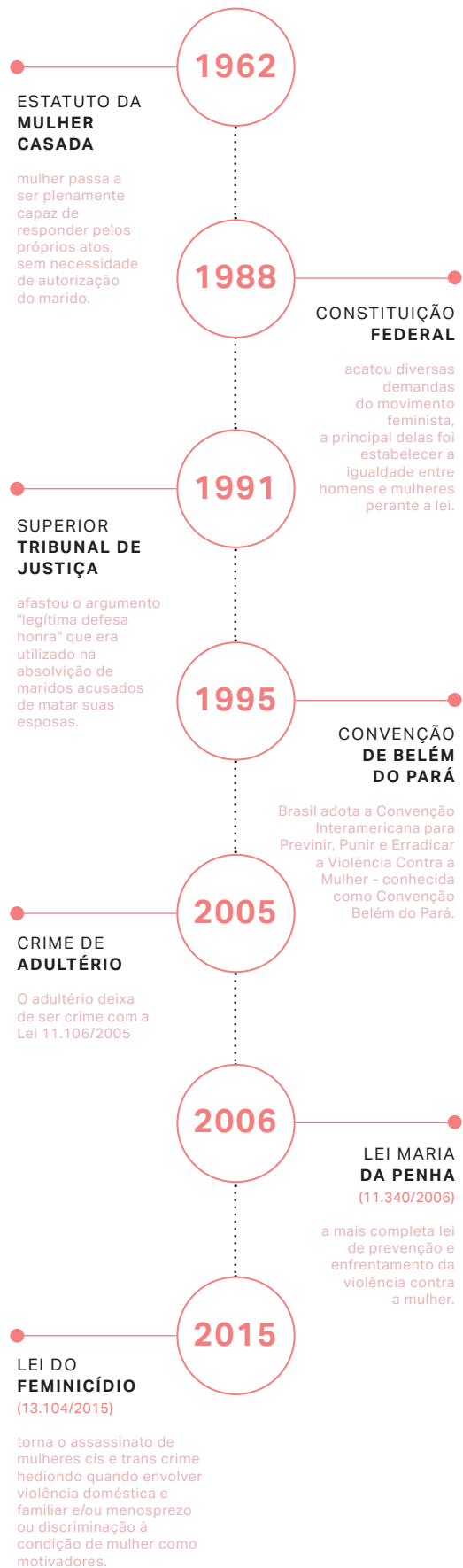
Fotos: SEPOM - Secretaria De Políticas Para Mulheres

legislação e equipamentos

1. Histórico de Lutas e Conquistas da Mulher na Legislação Civil

O histórico de lutas das mulheres pela conquista de direitos civis e constitucionais se confunde com a sua própria existência. A evolução da condição da mulher na perspectiva jurídica foi bastante lenta e árdua, assim como todos as suas conquistas, nas quais as mulheres sempre tiveram que travar um embate contra a cultura patriarcal que está enraizada na sociedade. Dentro de uma realidade em que até o acesso à educação lhes era negado, criou-se um abismo jurídico-social entre homens e mulheres que, com o tempo têm sido desconstruído.

Mudanças começaram a acontecer durante greves realizadas no começo do século XX pelos operários, que acabaram incorporando as demandas das mulheres nas suas lutas, como a regularização do trabalho feminino, redução da jornada de trabalho, etc. As mulheres começaram a encontrar brechas para manifestar suas lutas, conquistas e necessidades.



2. Quem é Maria da Penha?

A Lei nº 11.340/2006 foi batizada com o nome de Maria da Penha em homenagem à Maria da Penha Fernandes, uma biofarmacêutica que nasceu em 1º de fevereiro de 1945, em Fortaleza, no Ceará. Maria foi vítima de violência por parte de seu então marido, o professor universitário colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, com quem se casou em 1976. A sua trajetória foi marcada cruelmente pelas covardes e dolorosas agressões que sofria constantemente, pelo medo com o qual ela convivia diariamente e pelas duas tentativas de assassinato que sofreu de seu marido. Na primeira tentativa, Heredia disparou um tiro de espingarda contra as costas de Maria da Penha enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica, além dos traumas psicológicos. Marco Antonio declarou à polícia que o tiro tinha acontecido em decorrência de uma tentativa de assalto, versão que foi posteriormente desmentida pela perícia. Maria da Penha passou quatro meses no hospital para se recuperar das duas cirurgias e dos tratamentos aos quais foi submetida em decorrência do tiro. Ao voltar pra casa, Marco Antonio a manteve em cárcere privado por 15 dias e tentou eletrocutá-la durante o banho. Na ocasião do crime, em 1983, tinha apenas 38 anos, mãe de três crianças entre 6 e 2 anos de idade.

Ao longo desse processo, seu ex-marido insistiu para que a investigação sobre o suposto assalto não fosse levada adiante, fez com que ela assinasse uma procuração que o autorizava a agir em seu nome, inventou uma história trágica sobre a perda do automóvel do casal, tinha várias cópias de documentos autenticados de Maria da Penha e ainda foi descoberta a existência de uma amante. Após se dar conta de todo a armação de Heredia, Maria contou com a ajuda de seus familiares e amigos, que conseguiram lhe fornecer apoio jurídico e providenciaram sua saída de casa sem que isso se configurasse como abandono de lar, dessa forma, não haveria o risco da perda da guarda de suas filhas

Apesar de ter conseguido sair de casa, Maria da Penha ainda enfrentou uma árdua luta contra a justiça, pois, após oito anos sem uma decisão final em relação ao crime cometido por seu ex-marido. Foi apenas em 1991 que o agressor foi sentenciado a 15 anos de prisão, mas, devido a recursos solicitados pela defesa, pôde sair do fórum em liberdade. O segundo julgamento só aconteceu em 1996, no qual o seu Marco Antonio foi condenado a 10 anos e 6 meses de prisão. Contudo, sob a alegação de irregularidades processuais por parte dos advogados de defesa, mais uma vez a sentença não foi cumprida.

Foto: Exame - Abril.com





Foto: Instituto Maria da Penha

Em 1998 foi o ano em que o caso ganhou dimensão internacional, quando Maria da Penha, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Mais uma vez, o Estado brasileiro permaneceu omissivo e não se pronunciou em nenhum momento durante o processo. Foi apenas em 2001, após receber quatro ofícios da CIDH/OEA, que o Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras.

Marco Antonio Heredia cumpriu menos de um terço da pena, quando passou para regime semiaberto em Natal (RN).

Entendida, porém, no seu profundo simbolismo, a história de Maria da Penha compartilha do mesmo pranto de inúmeras mulheres brasileiras que, infelizmente, sofreram iguais provações e amarguras.

“

A consciência social e pública despertada pela comoção de um drama que inspirou e moveu o legislador a elaborar e promulgar a Lei Maria da Penha, “a lei que pegou”, em certa maneira aquela que veio para redimir a mulher brasileira, e colocá-la, independente de sexo, sob a proteção do Estado Constitucional. (BONAVIDES, 2012 - orelha do livro sobrevivi posso contar)

3. A Lei Maria da Penha (11.340/2006)

Tratar o caso de Maria da Penha como violência contra a mulher era uma urgência, pois garantiria a visibilidade necessária para todos os casos de violência de gênero que estavam sendo relativizados, visto que o caso relatado não foi uma exceção. Na realidade, ele apenas trouxe à tona todos os graves problemas da justiça brasileira: a sistemática convivência com crimes de violência doméstica e falta de instrumentos legais que viabilizassem a rápida apuração e punição desses crimes, assim como a proteção imediata das vítimas.

De acordo com o site do Instituto Maria da Penha, diante da falta de medidas legais e ações efetivas, como acesso à justiça, proteção e garantia de direitos humanos às vítimas, em 2002 foi formado um Consórcio de ONGs Feministas para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Esse consórcio era formado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); a Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (ADVOCACI); Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE); Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA); Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM/BR); e Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (THEMIS), além de feministas e juristas com especialidade no tema. Após longos debates com o Legislativo, o Executivo e a sociedade, o Projeto de Lei n. 4.559/2004 da Câmara dos Deputados chegou ao Senado Federal (Projeto de Lei de Câmara n. 37/2006) e foi aprovado por unanimidade em ambas as Casas.

Dessa forma, em 7 de agosto de 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº. 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Foto: pt.org.br





Foto: Jornal do Radialista

“ A lei tem por objetivo atuar contra a violência que, como manifestação da discriminação, a situação de desigualdade e as relações de poder dos homens sobre as mulheres, exerce-se sobre estas por parte de quem seja ou tenham sido seus cônjuges ou de quem esteja ou tenham estado ligados a elas por relações similares de afetividade, até sem convivência. (LIMA, 2013)

A Lei 11.340 criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de contemplar também situações de violência psicológica, patrimonial e moral. Através da alteração no Código Penal brasileiro fez com que os agressores passassem a ser presos em flagrante ou ter prisão preventiva decretada, caso tenham cometido qualquer ato de violência doméstica pré-estabelecido pela lei. Outra alteração obtida através da lei foi a eliminação das

penas alternativas para os agressores, que antes eram punidos com pagamento de cesta básica ou pequenas multas. A lei garante também assistência econômica no caso da vítima ser dependente do agressor.

De acordo com Pasinato e Santos (2008), as ações previstas na Lei se estruturam em três eixos de intervenção: o primeiro trata das medidas criminais para a punição da violência, incluindo a retomada do inquérito policial, a prisão em flagrante, a restrição da representação criminal para determinados crimes e o veto para a aplicação da Lei 9099/95. No segundo eixo encontram-se as medidas de proteção da integridade física e dos direitos da mulher, e no terceiro eixo, as medidas de prevenção e de educação, objetivando impedir a ocorrência da violência e da discriminação baseadas no gênero.

“

A Lei Maria da Penha trouxe a possibilidade de instaurar medidas mais rigorosas em relação aos agressores, não havendo mais a possibilidade de julgamento das violências de gênero como crimes de menor potencial ofensivo e as punições corresponderem a cestas básicas ou serviços comunitários como previa a Lei 9099/5. Esse endurecimento que a Lei representou instigou um intenso debate no cenário nacional, no qual o movimento de mulheres considera que não se pode deixar de responsabilizar os autores e enfatiza o aumento da vulnerabilização das vítimas em situações de impunidade, enquanto outros atores argumentam que os conflitos de gênero não podem ser tratados somente no âmbito criminal. (AZEVEDO, 2008)

Lei Maria da Penha 11 Anos

Prevenção - Combate - Assistência - Garantia de Direitos



Secretaria de Políticas para as Mulheres | Secretaria de Governo



503 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2016. Fonte: FISP/2017

Percepção da População



A cada dia cerca de 13 mulheres são assassinadas no Brasil. Fonte: Mapa da Violência 2015

Esses números podem ser maiores. Existem milhares de mulheres que ainda não denunciam. Precisamos juntos acabar com a violência. Ligue 180

Foto: SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

referências projetuais

1. Centro de Oportunidades para Mulheres em Ruanda

Arquitetos: Sharon Davis Design
Gerente de Projetos: Bruce Engel
Localização: Kayonza, Ruanda
Área: 2200m²
Ano do Projeto: 2013

De acordo com a equipe responsável pelo projeto, o Centro de Oportunidade para Mulheres, localizado em um terreno de dois hectares no distrito de Kayonza, em Ruanda, o país mais populoso da África, está capacitando uma pequena comunidade localizada a uma hora da capital ruandesa Kigali. A proposta do centro é capacitar profissionalmente e levar novas oportunidades de formação para as mulheres ruandesas que vivenciaram um genocídio em 1994 na região durante disputas entre etnias locais. Kayonza se encontra, como grande parte da sua população, devastada por conflitos: um lugar com poucos meios, mas muito promissor. As consequências resultantes dos conflitos impactaram em traumas emocionais irreparáveis, visto que muitas mulheres perderam suas famílias, contraíram o vírus HIV, além da instabilidade financeira que se instalou na comunidade.

Dessa forma, o foco do projeto é recuperar a independência financeira dessas mulheres, através da capacitação profissional nos espaços voltados para a produção e comercialização de seus próprios bens. Esta Iniciativa Comercial Integrada a Agricultura ensina mulheres a produzir a renda a partir da terra através de técnicas orgânicas voltadas para a produção comercial. Segundo Bruce Engel, gerente do projeto, o próprio design foi pensado para servir como uma ferramenta de educação, ajudando na reconstrução da vida das sobreviventes aos massacres, transformando a aglomeração urbana e a agricultura de subsistência através da arquitetura, reconstruindo a infra-estrutura social e restaurando o patrimônio africano.

O projeto é dividido em dois espaços: a área comum, de encontro da comunidade; e o centro de educação onde as mulheres têm acesso à capacitação para o mercado de trabalho, onde elas podem aprender novas habilidades e utilizar os serviços oferecidos para encontrar emprego ou iniciar seus próprios negócios. Um dos objetivos do projeto era criar um ambiente que facilitasse a troca entre essas mulheres. Para isso, foram desenhados espaços que lembrassem pequenas aldeias típicas de Ruanda, trazendo à tona a identificação com a identidade de uma arquitetura local, revivendo tradições de projeto ruandês perdidas em camadas camadas sociais profundas.

Foto: Elizabeth Feliceila



A estrutura física do edifício se destaca pelas formas circulares que irradiam para fora, onde estão localizadas salas de aula, um espaço comunitário, o mercado da fazenda, e o domínio cívico. Essas estruturas foram desenhadas segundo o Palácio do histórico de King, no sul da Ruanda, cujas moradias faziam parte de uma tradição indígena muito forte na região, porém foi perdida.

Portanto, o significado e o impacto do Centro na vida das mulheres ruandesas atingem uma escala para além da recuperação da economia local, onde a construção de um projeto que incorpora a identidade cultural das vítimas do massacre permite que a apropriação do espaço aconteça de maneira mais profunda através da identificação com o mesmo.



Foto: Elizabeth Felicella



Foto: Elizabeth Felicella



Foto: Elizabeth Felicella



Foto: Elizabeth Felicella



Foto: Elizabeth Felicella

2. Ventre Urbano - Complexo destinado à mulheres e famílias na Coreia do Sul

Arquitetos: Architects for Urbanity
Equipe: Irgen Salianji, Marina Kounavi, Karolina Szóstkiewicz, Stavria Psomiadi, Antony Laurijsen
Localização: Seoul, Coreia do Sul
Área: 20.500m²
Ano do Projeto: 2016



Foto: Architects for Urbanity



O escritório colaborativo de Rotterdam, Architects for Urbanity, lançou seu projeto “Ventre Urbano” para a Coreia do Sul, em um concurso realizado em 2016. O projeto consiste em um complexo de uso misto voltado para mulheres e suas famílias.

O terreno está localizado no bairro Daebang-dong, na cidade de Seoul, onde esteve situada por 55 anos a base do exército dos EUA ‘Camp Gray. Localizado junto a este terreno estava o Abrigo para Mulheres de Seoul, que acomodou entre 1962 e 1998 prostitutas, pessoas idosas com demência e fugitivos. O abrigo foi convertido na Praça das Mulheres, um lugar simbólico onde a divisão trágica da península coreana transmite e acumula a agonia da história e das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na época.

O propósito deste projeto é transformar este espaço sombrio em um lugar de ressurreição, visando fo-

mentar o bem-estar das mulheres e das famílias, bem como estimular a formação de uma cultura criativa e a transmissão de tradições e valores da igualdade de gênero na família e comunidade.

Portanto, o projeto desenvolve uma forte intervenção urbana direta que conecta a estação de trem da área da Praça das Mulheres através do novo prédio da instalação. Este tapete programático de conexão quebra o volume retangular do projeto e cria um grande vazio urbano que pode acolher diversos eventos e atividades. Uma grande porta urbana de 5 andares abre para dar unidade e acolher a fusão entre público e privado, dentro e fora, assim como a transição do urbano para o doméstico. Como resultado, ao invés de quebrar o programa em vários volumes menores, a proposta condensa tudo em um único envelope ortogonal, sugerindo eficiência e unidade como o futuro da sustentabilidade, tanto em termos ambientais quanto sociais.

Como exposto a partir do título do projeto, o edifício é projetado como um útero urbano e orgânico que intensifica espacialmente e de forma programática a urbanidade do local e da área mais ampla. O edifício consiste em um volume retangular compacto que é interrompido por uma seqüência de vazios criando uma rede dinâmica de atividades dentro do edifício. O principal vazio do projeto é definido pelo grande bloco pixelado, que se assemelha a um auditório em grande escala para a comunidade de Mulheres e Famílias de Seul existirem juntos em uma rede tridimensional comum e realizarem suas atividades diárias dentro uma plataforma aberta.

Percebe-se que a organização se dá através de três volumes programáticos: o bloco pixelado, a torre vertical e a laje horizontal. O bloco pixelado abriga as principais funções do edifício, são elas: um auditório, espaço familiar, um centro de juventude, praças de alimentação, laboratórios de produção e lojas. A forma deste volume é derivada de suas partes, com cinco faixas aumentando de tamanho, cada uma contendo um programa distinto “e está posicionada entre atividades relacionadas a fim de maximizar a eficiência do edifício” e a experiência do usuário. Desta forma, ao caminhar na direção de uma faixa, os visitantes encontram programas semelhantes, mas ao caminhar perpendicularmente, eles encontram uma experiência de programação cruzada.

A torre do prédio, localizada na borda oeste, abriga as instalações de embarque e enquadra o espaço do evento. Cada um dos cinco andares acima do solo contará com doze quartos e duas salas de reuniões, enquanto o espaço térreo incluirá um lobby e o Museu da Maternidade.

O novo Complexo de Mulheres e Famílias será um espaço onde a relação entre família e famílias de mulheres será melhorada. A organização enfrentará questões antigas não resolvidas com um novo pensamento experimental. As questões abordadas incluirão o colapso da rede de relações sociais, a falta de comunicação entre os membros da família, a baixa participação das mulheres em atividades econômicas que estagnaram por 20 anos e estagnaram na inferência de gênero.





Foto: Architects for Urbanity

3. Delegacia de Polícia Local de Mollet del Valles

Arquitetos: Taller 9s Arquitectes
Arquitetos Responsáveis: Oriol Cusidó + Irene Marzo
Localização: Barcelona, Espanha
Área: 1.962m²
Ano do Projeto: 2017

Foto: Adrià Goula



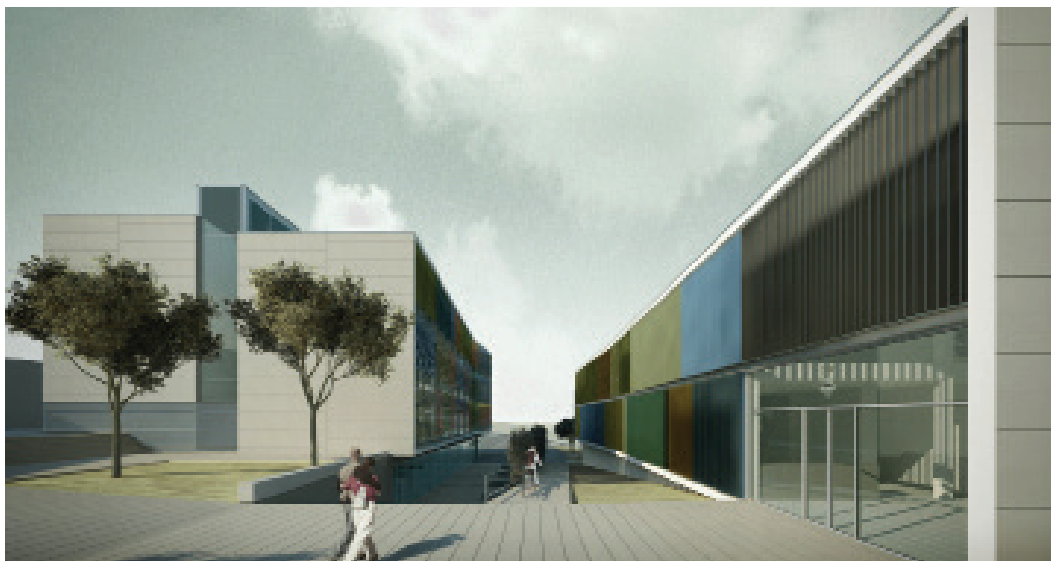
Foto: Adrià Goula

O projeto contempla o programa da uma delegacia de polícia localizada em um terreno municipal próximo ao centro da cidade de Barcelona, na Espanha. O programa foi resultado de um concurso aberto para a construção da biblioteca central e da delegacia de polícia local em uma parcela da propriedade municipal.

Os dois equipamentos são entendidos como uma peça unitária, fechados em relação à rua, que apresentam uma ruptura destinada à otimização da entrada de luz e ventilação natural. A colocação dos dois edifícios resolve a conectividade entre os diferentes espaços livres do entorno e permite criar uma praça em frente à fachada principal, pela qual se abre o acesso público. A composição geral do projeto, em contraposição à imagem tradicional da delegacia como uma edificação institucional sóbria e hermética, se apresenta como um edifício aberto à cidade e à cidadania.



Foto: Adrià Goula



Uma das preocupações dos arquitetos durante o processo de concepção do projeto foi a eficiência energética e a sustentabilidade das fachadas (que são ventiladas de concreto polímero, com uma cobertura vegetal), que foi resolvida através da instalação de placas solares térmicas, e da otimização dos envidraçamentos e dos sistemas passivos, que permitiram reduzir em 49% o consumo energético em relação a um edifício terciário equivalente.

De acordo com o técnico da **ULMA**, Maider Biain, a característica principal deste projeto é que se queria manter a mesma proporção dos pórticos ou aberturas com as peças da fachada; para isto, foram utilizadas

juntas horizontais de 3,5 mm (ou padrão) com a junta de 8 mm quando se queria marcar a verticalidade, tornando possível este efeito visual de proporção e similaridade. A junta vertical foi de 5 mm. Além disso, este projeto exigia uma reavaliação muito exata. Se em altura pudemos utilizar um mesmo formato de 320 mm em todas as fileiras, em comprimento tivemos que nos ajustar à obra e, portanto, saíram múltiplos formatos, entre 900 e 1100 mm.”

4. Casa da Mulher Brasileira

Arquitetos: Marcelo Pontes, Raul Holfinger e Marcela Laval
Tipo de Projeto: Centro de Assistência
Localização: Brasil
Área: 3.671m²
Ano do Projeto: 2015



Foto: ARCOweb

A Casa da Mulher Brasileira foi fruto de um projeto criado pelo Governo Federal, através da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM/PR), que faz parte do Programa Mulher Viver sem Violência. O objetivo do projeto é facilitar e tornar acessível o atendimento humanizado às mulheres, integrando no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência: acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado em violência doméstica e familiar, promotoria, defensoria pública, serviço de promoção de autonomia econômica, espaço para o cuidado das crianças (brinquedoteca), alojamento de passagem e central de

transportes, a ser utilizada nos casos em que a mulher necessitar ser encaminhada aos demais serviços públicos da rede, como saúde, Instituto Médico Legal, etc. Além disso, o programa conta também com a unidade da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam).

A integração de todos os serviços oferecidos às vítimas de violência doméstica garante a dinamização do acesso à todos os serviços, sem necessidade de grandes deslocamentos, além de facilitar a comunicação interna entre as estruturas envolvidas no processo, visando oferecer à denunciante um ambiente de maior acolhimento e atenção às suas denúncias, de forma a otimizar os resultados das investigações e das medi-

das de suporte à vítima.

Além desses serviços, as Casas da Mulher Brasileira contam com projetos de autonomia econômica, buscando fornecer qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. As mulheres sem condições de sustento próprio ou de seus filhos podem solicitar sua inclusão em programas de assistência e de inclusão social dos governos federal, estadual e municipal.

A casa também vai possibilitar o deslocamento de mulheres atendidas na Casa da Mulher Brasileira para os demais serviços da Rede de Atendimento: saúde, rede socioassistencial, medicina legal e abrigo, entre outros.

Portanto, a Casa da Mulher Brasileira não é só uma estrutura de apoio, de conquista de autonomia e justiça das capitais, mas sim uma proposta ideológica que pode incentivar municípios de todos os tamanhos a enfrentar todas as formas de violência contra a mulher.



Foto: ARCOweb

Foto: ARCOWeb



**diagnóstico
do contexto
urbano**

1. A Parangaba

O terreno escolhido para a implantação do projeto encontra-se na região da Parangaba, a qual é caracterizada pela sua posição nodal na malha viária de Fortaleza. Além do acesso facilitado pela localização central, o bairro congrega também muitas ofertas de comércio e serviços, gerando um fluxo de atividade e pessoas considerável.

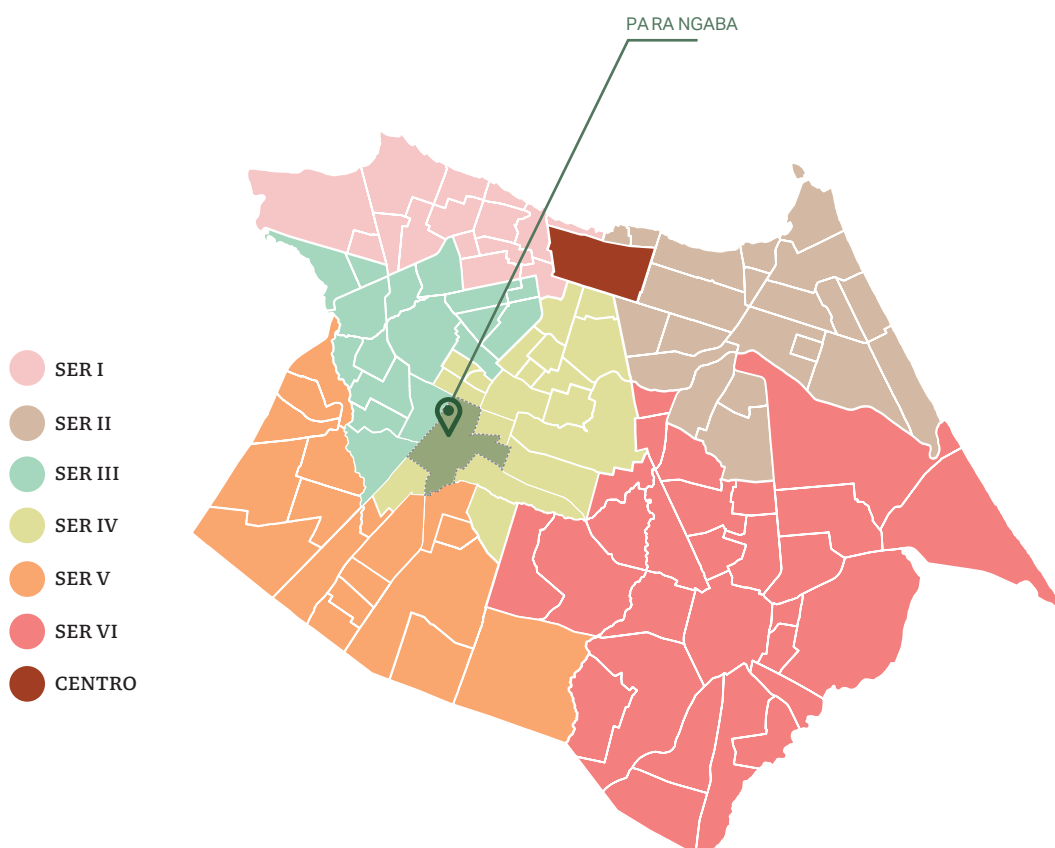
Administrado pela Secretaria Executiva Regional IV, o bairro se destaca como o mais populoso dessa regional, contando com 10,15% do somatório de toda a população dos bairros pertencentes à essa regional, de acordo com o Censo IBGE de 2010.

Estando situado em um ponto de conexão entre três regionais (regional III, regional V e regional VI), a Parangaba, inevitavelmente, acaba exercendo relevante influência sobre os bairros vizinhos, pois, somado

à isso, a grande oferta de serviços e a localização privilegiada movimentam os fluxos de atividade para si. Os bairros adjacentes são: Itaperi, Serrinha, Itaoca, Montese, Demócrito Rocha (regional IV); Vila Pery e Maraponga (regional V) e; Bonsucesso e Jóquei Clube (regional III).

Atualmente, a progressiva consolidação da centralidade têm refletido em impactos diretos no espaço à moradia, visto que, a grande e diversificada rede de serviços e comércios valoriza o solo e, por consequência, acirra suas disputas. Esse fato torna-se bastante evidente nos terrenos que permeiam a Lagoa da Parangaba.

De acordo com Rufino (2012), como forma de baratear os custos, o setor imobiliário investe em bairros menos valorizados, direcionando os empreendimentos





● terreno

Mapa elaborado
pela autora



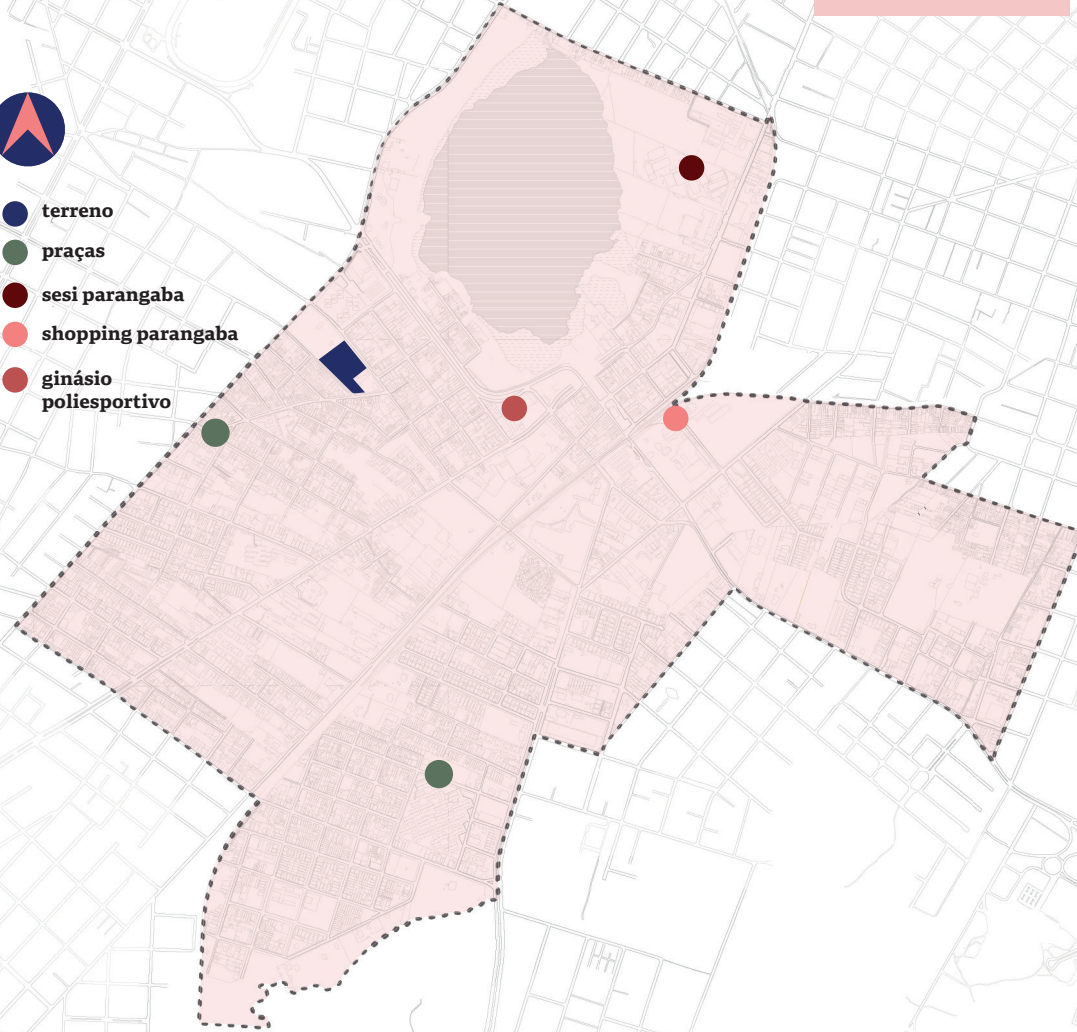
Imagem Google Earth, editada pela autora

aos consumidores que não podem arcar com os custos de bairros mais elitizados, como Aldeota e Meireles. Como resultado, forma-se uma coroa imobiliária em volta dessas regiões, onde as vantagens se materializam nas proximidade com o Centro, na rede de transportes irrigada, e na oferta de serviços e comércios diversificados.

mapa de
equipamentos
relevantes



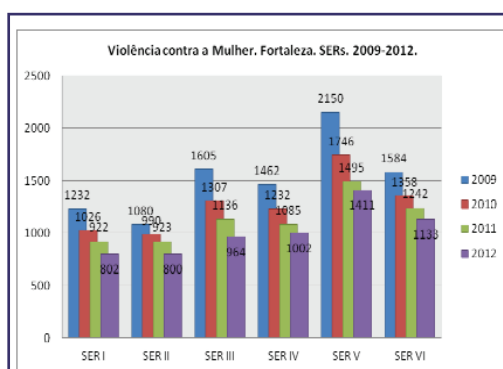
- terreno
- praças
- sesi parangaba
- shopping parangaba
- ginásio poliesportivo



O terreno está localizado na avenida Dedé Brasil, próximo à divisa com o bairro Maraponga (SER V). Nas suas imediações se encontram o shopping Parangaba, o terminal de ônibus e a estação do metrô.

Observa-se um uso bastante diversificado, contando serviços de saúde, educacional e institucional, como escolas (públicas e particulares), creches, ginásios, hospitais (públicos e particulares), supermercado, cartório, etc.

2. Justificativa



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - SSPDS/CE e Observatório da Violência Contra a Mulher - OBSERVEM

De acordo com os dados fornecidos pelo Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil e do estudo elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Fortaleza ocupa a quinta colocação no ranking de cidades com maior número de homicídios contra a mulher no Brasil.

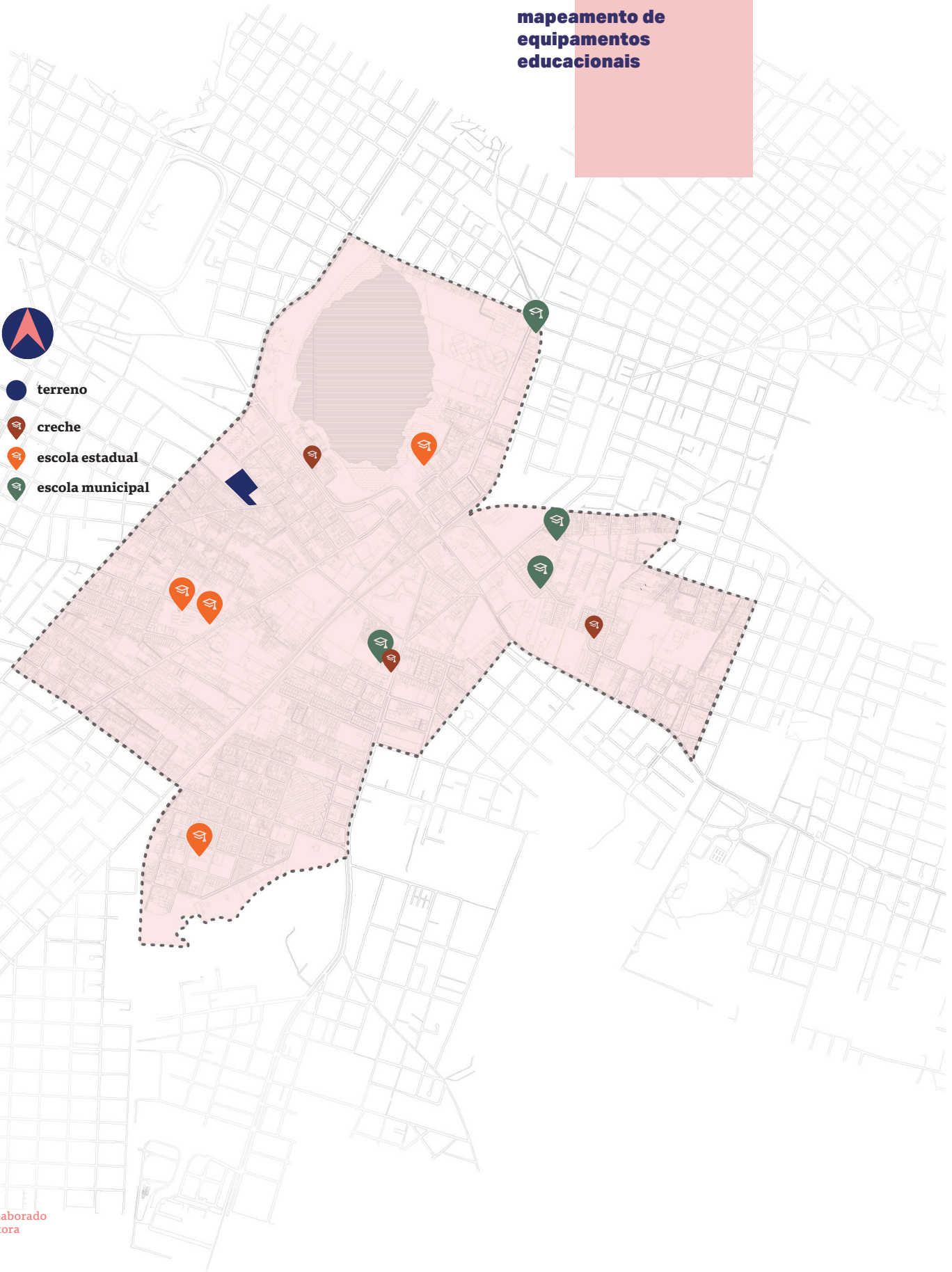
De 2009 a 2012, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará e o Observatório da Violência Contra a Mulher (OBSERVEM), através do banco de dados das pesquisas realizadas sobre o tema, traçou o cenário da violência contra a mulher em Fortaleza. Analisando o gráfico verifica-se que a regional IV se localiza no meio das duas regionais com o maior número de vítimas de violência de gênero. Dessa forma, observa-se que, além da fácil penetração no bairro da Parangaba, soma-se o posicionamento equidistante das regionais com maior demanda de apoio, se configurando como a localização apropriada

para a instalação do projeto.

Outros fatores além de acesso e localização também foram decisivos na escolha do terreno. Muitas mulheres que sofrem agressões por parte de seus companheiros possuem filhos que dependem delas. Em diversos casos, esses filhos se tornam barreiras para a denúncia, pois a mulher que precisa sair de casa, em muitos casos, não tem pra onde ir, nem com quem deixar os filhos. Ademais, abrir mão da família envolve uma ruptura de vínculos bastante profunda. À vista disso, abrigar a mulher e seus filhos é necessidade básica no incentivo à denúncia. Dessa maneira, faz-se extremamente indispensável a existência de equipamentos educacionais, como escolas e creches, em um raio próximo ao terreno escolhido. A Parangaba oferece esse tipo de serviço, bem como hospitais, que também são importantes para o encaminhamento das mulheres nos casos mais graves.

**mapeamento de
equipamentos
educacionais**

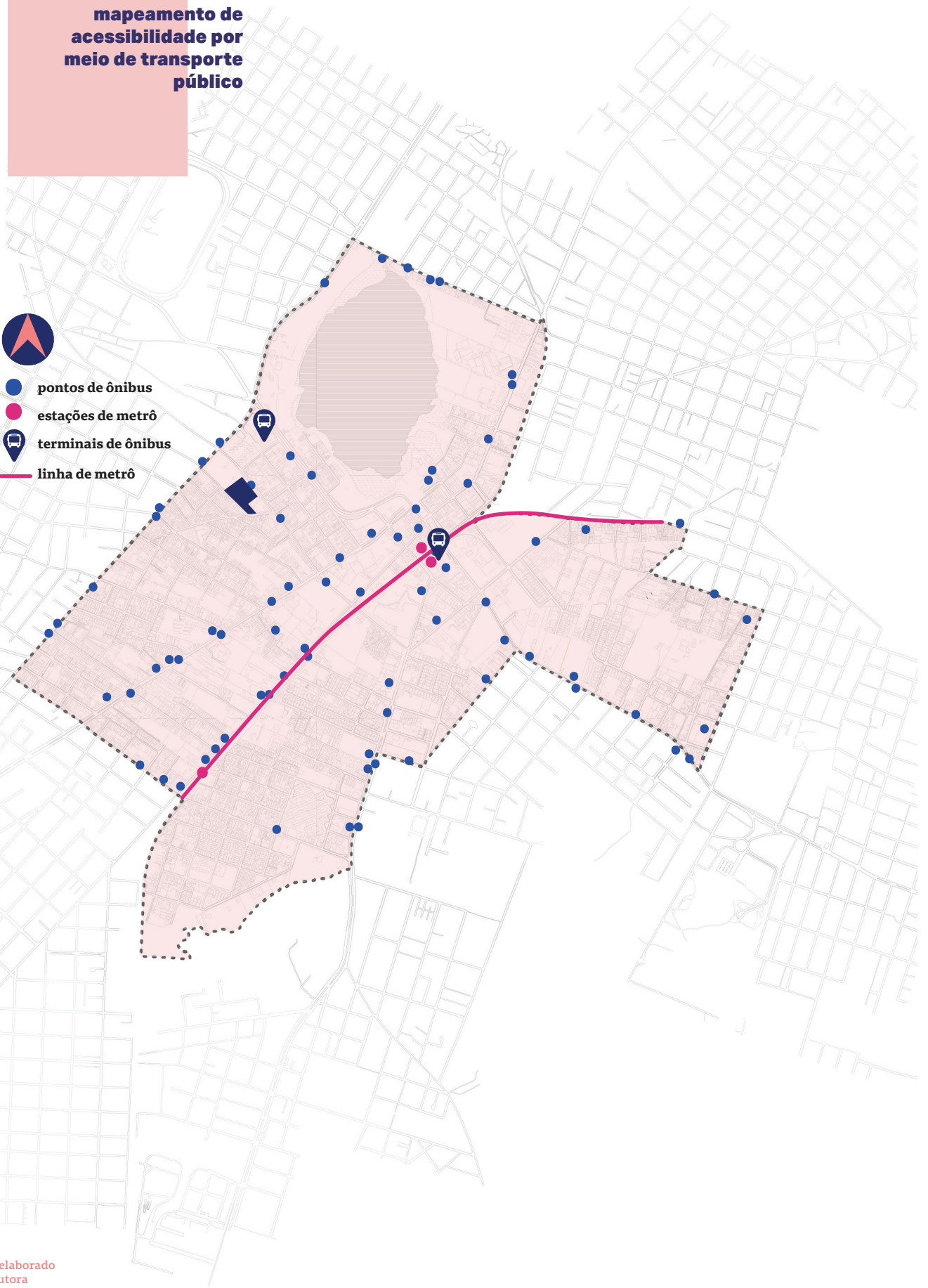
-  terreno
-  creche
-  escola estadual
-  escola municipal



Mapa elaborado
pela autora

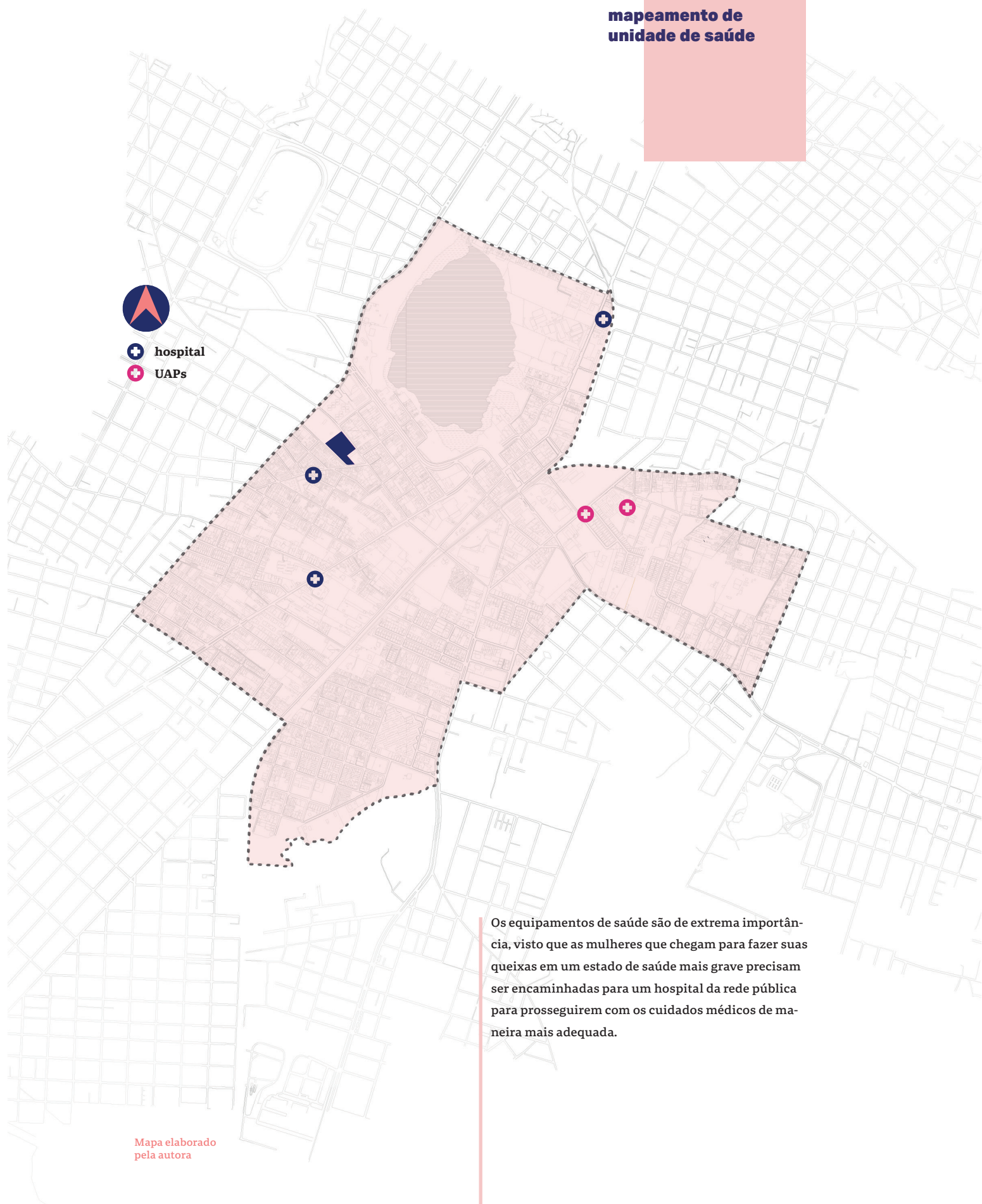
**mapeamento de
acessibilidade por
meio de transporte
público**

-  (North arrow)
-  pontos de ônibus
-  estações de metrô
-  terminais de ônibus
-  linha de metrô



Mapa elaborado
pela autora

mapeamento de unidade de saúde

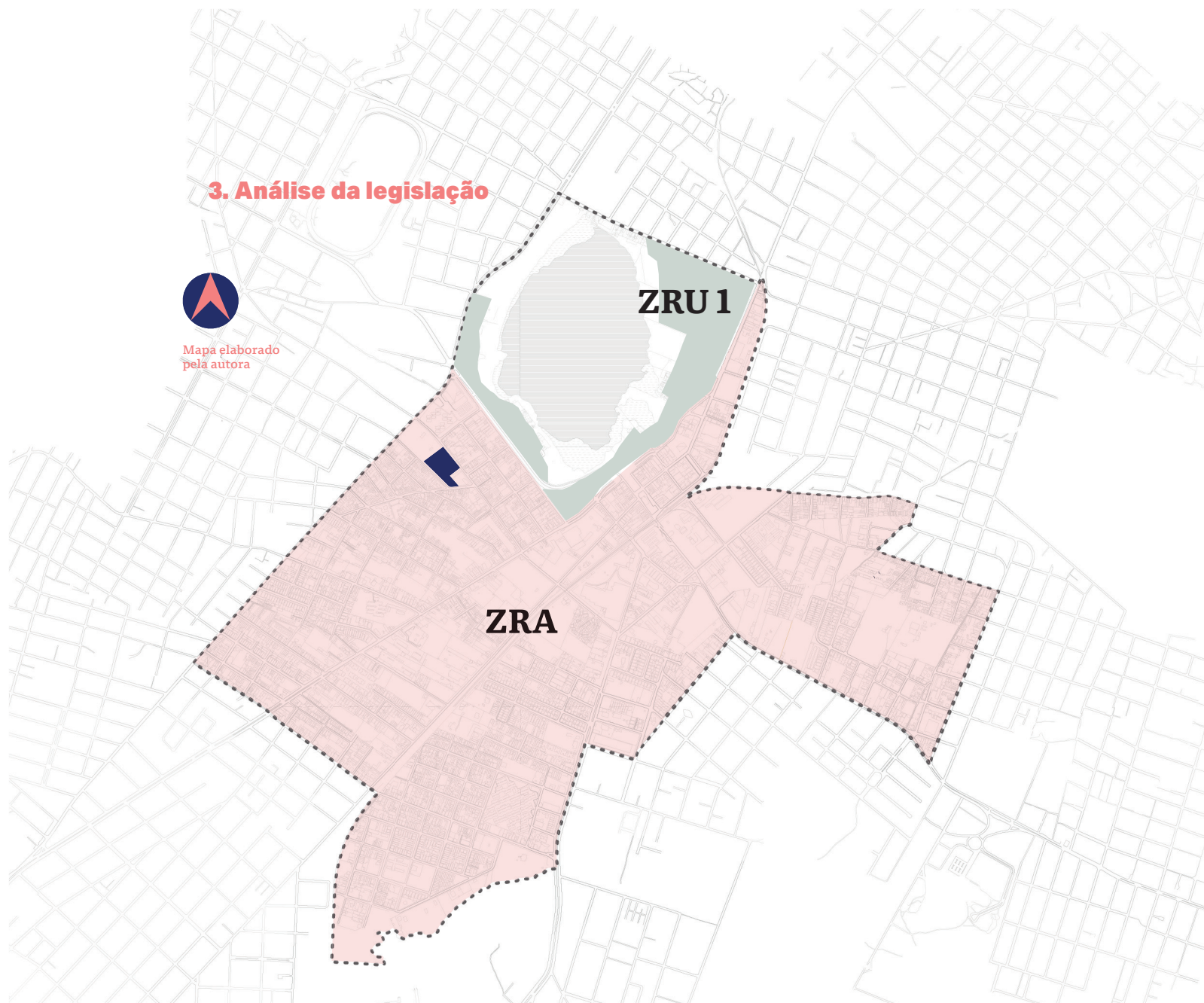


Mapa elaborado
pela autora

3. Análise da legislação



Mapa elaborado pela autora



A poligonal de intervenção está inserida em uma ZRU1. De acordo com o PDPFOR 2009, esses são os parâmetros e características da zona:

Art. 91 - A Zona de Requalificação Urbana 1 (ZRU 1) caracteriza-se pela insuficiência ou precariedade da infraestrutura e dos serviços urbanos, principalmente de saneamento ambiental, carência de equipamentos e espaços públicos, pela presença de imóveis não utilizados e subutilizados e incidência de núcleos habitacionais de interesse social precários; destinando-se à requalificação urbanística e ambiental, à adequação das condições de habitabilidade, acessibi-

lidade e mobilidade e à intensificação e dinamização do uso e ocupação do solo dos imóveis não utilizados e subutilizados.

Art. 92 - São objetivos da Zona de Requalificação Urbana 1 (ZRU 1):

I - ordenar os processos de transformações e ocupações urbanas de modo a evitar inadequações urbanísticas e ambientais;

II - promover a requalificação urbanística e ambiental, com investimentos para complementar a infraestrutura, principalmente de saneamento ambiental,

CAPÍTULO 05

DIAGNÓSTICO DO CONTEXTO URBANO

priorizando as áreas com precárias condições de habitabilidade e de riscos socioambientais;

III - ampliar a disponibilidade e conservar espaços de uso coletivo, equipamentos públicos, áreas verdes, espaços livres voltados à inclusão para o trabalho, esportes, cultura e lazer;

IV - implementar instrumentos de indução ao uso e ocupação do solo, principalmente para os imóveis não utilizados e subutilizados;

V - estimular a dinamização urbanística e socioeconômica das atividades de comércio e serviços, considerando a diversidade dos territórios que constituem os bairros e as áreas com concentração de atividades de comércio e serviços;

VI - promover a integração e a regularização urbanística e fundiária dos núcleos habitacionais de interesse social existentes;

VII - promover e incentivar a construção de novas habitações de interesse social e de mercado popular nas áreas com infraestrutura urbana, serviços e equipamentos públicos disponíveis ou que estejam recebendo investimentos urbanos para a adequação das condições de habitabilidade;

VIII - tornar adequadas as condições de mobilidade urbana, em especial com investimentos para o transporte coletivo, como os Projetos Estratégicos do METROFOR e TRANSFOR;

IX - conter a ocupação urbana em áreas ambientalmente sensíveis e de interesse ambiental;

X - incentivar a valorização, a preservação, a recuperação e a conservação dos imóveis e dos elementos característicos da paisagem e do patrimônio histórico, cultural, artístico ou arqueológico, turístico e paisagístico;

XI - conter a ocupação urbana em áreas ambientalmente sensíveis e de interesse ambiental.

Art. 93 - São parâmetros da ZRU 1:

I - índice de aproveitamento básico: 2,0;

II - índice de aproveitamento máximo: 2,0; III - índice de aproveitamento mínimo: 0,20; IV - taxa de permea-

bilidade: 30%;

V - taxa de ocupação: 60%;

VI - taxa de ocupação de subsolo: 60%;

VII - altura máxima da edificação: 48m;

VIII - área mínima de lote: 125m²;

IX - testada mínima de lote: 5m;

X - profundidade mínima do lote: 25m.

Art. 94 - Serão aplicados na Zona de Requalificação Urbana 1 (ZRU 1), especialmente, os seguintes instrumentos:

41

I - parcelamento, edificação e utilização compulsórios;

II - IPTU progressivo no tempo;

III - desapropriação mediante pagamento por títulos da dívida pública; IV - direito de preempção;

V - direito de superfície;

VI - operação urbana consorciada;

VII - consórcio imobiliário;

VIII - estudo de impacto de vizinhança (EIV);

IX - estudo ambiental (EA);

X - Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);

XI - instrumentos de regularização fundiária;

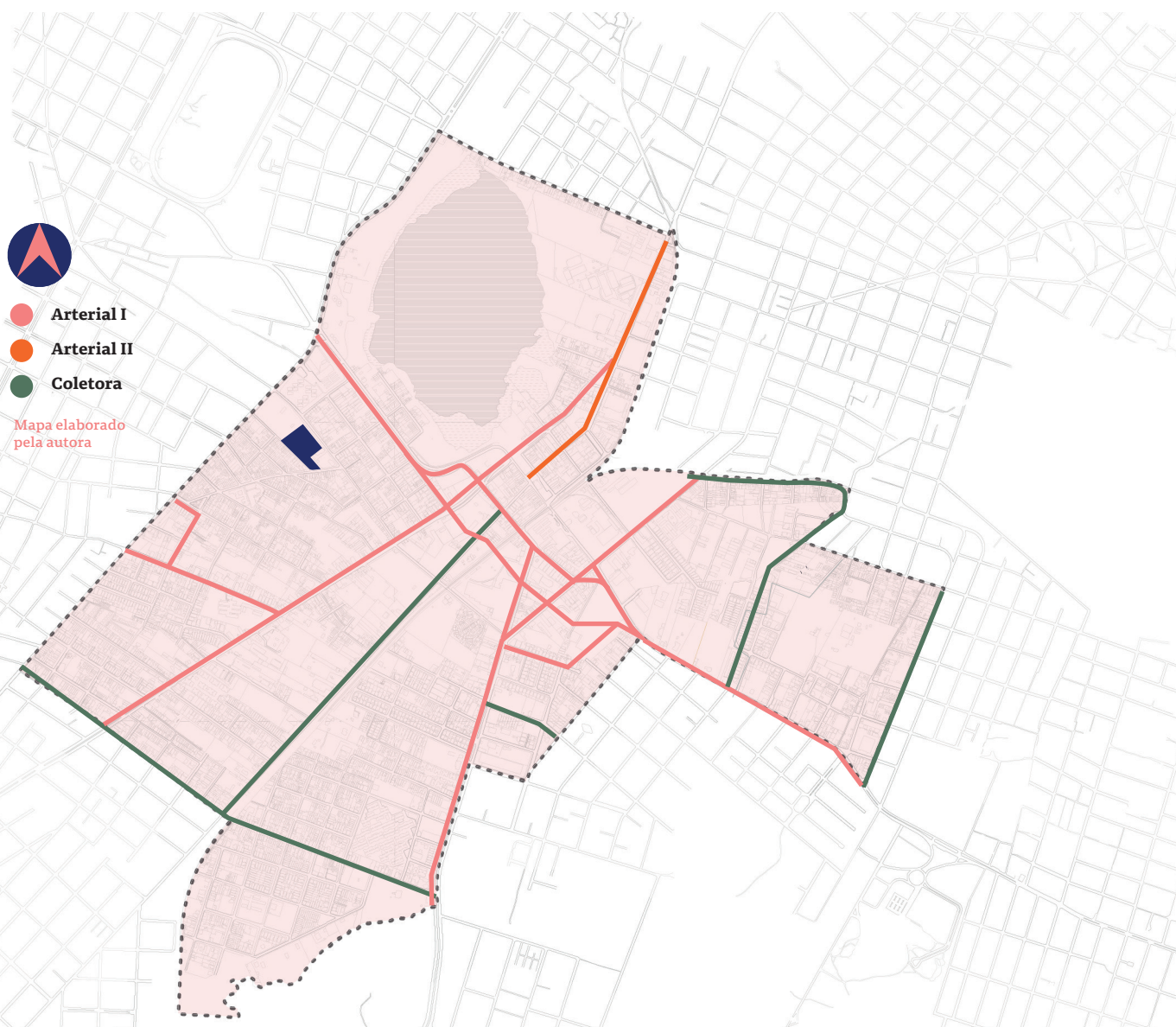
XII - outorga onerosa de alteração de uso.

Parágrafo Único - A aplicação dos instrumentos indicados nos incisos I, II e III está condicionada à disponibilidade de infraestrutura na presente zona.

4. O sistema viário

A Parangaba se configura como um ponto de referência, onde os acessos convergem para si, conectando os bairros do Leste com os do Oeste, bem como Norte e Sul. Da mesma forma, funciona como ponto intermediário entre o Centro da cidade e os municípios da região metropolitana (Maranguape e Maracanáu).

O terreno, localizado na Avenida Dedé Brasil, uma via Arterial I, próximo ao Shopping Parangaba, ao terminal de onibus, à estação de metro, que funcionam como polos geradores de tráfego.



o projeto



1. A proposta

A partir da análise realizada acerca do tema, no capítulo 2, percebeu-se a urgência de estruturas que acolhessem as mulheres vítimas de todo tipo de violência. Posto que a sociedade machista a qual estamos inseridos insiste em diminuir a existência feminina, a proposta visa promover a desconstrução dos papéis de gênero e a edificação de uma cultura de respeito aos direitos das mulheres em sua diversidade. Mesmo que ainda pouco disseminada, existe sim, uma forte mobilização feminina dentro da sociedade, e a ideia é que o projeto incorpore igualmente essas mulheres e que, a coexistência delas com as vítimas de violência de gênero, possa ajudar a construir uma unidade de força.

2. Atividades

1 **Serviços Jurídicos**

Através da Delegacia da Mulher, onde a vítima possa prestar queixa, um Juizado, Ministério Público e Defensoria. Contando com todos os serviços jurídicos necessários em um só lugar, facilitando a conexão entre eles.

2 **Serviços Psicológicos**

Serviço de extrema importância, que cabeceia o processo de recuperação da mulher recém-agredida, auxiliando na superação de traumas, guiando as próximas fases do processo de recuperação.

3 **Capacitação**

Esse setor visa promover a capacitação profissional das mulheres, ofertando cursos e workshops, principalmente para as que necessitam alcançar a indepen-

dência financeira, pois dependiam dos ex-maridos economicamente, porém expandindo as fronteiras desse público-alvo e incluindo todas as mulheres que desejam participar de algum programa.

4 **Alojamentos de Passagem**

Alojamentos de passagem, provisórios, para as mulheres que necessitam sair de suas residências por questões de segurança. Como muitas vezes essas mulheres possuem filhos e pessoas dependentes, mais de uma tipologia foi proposta para adequar os alojamentos às necessidades e peculiaridades de cada mulher.

5 **Serviço/Administração**

Serviços e administração interna dos edifícios.

3. Partido Arquitetônico

1 **Autonomia dos Blocos**

A autonomia de cada um dos blocos componentes do complexo, alguns deles com fluxos não convergentes por razões de segurança. Dessa maneira, fez-se necessário tratar cada bloco de maneira independente, com fluxos controlados entre eles. Assim, os blocos acabam olhando mais para si, do que para o entorno.

2 **O tratamento livre dos espaços intersticiais**

A existência de quatro blocos distintos, com atividades que não conversam entre si criou espaços entre-blocos que funcionam como circulação e único meio de comunicação entre os setores, facilitando o controle do percurso realizado pelos usuários. Esse espaço livre é tratado de maneira livre, como um grande pátio comum, revelando a prioridade da circulação segura e confortável nos blocos pelas varandas e laterais.

3 **O tratamento visual distinto dos blocos**

Como consequência da funcionalidade independente dos setores, os blocos se apresentam de maneira visualmente destacadas, facilitando a comunicação de seus usos.

4 **Espaço Humanizado**

Arquitetura sensorial, de acolhimento e pertencimento que auxilie no processo de recuperação da mulher.

5 **Setorização**

A setorização das atividades propostas é de fundamental importância para o controle dos fluxos e acessos entre os blocos, visto que a garantia da segurança das mulheres é prioridade no partido.

4. Programa de necessidades

acesso

AMBIENTE	ÁREA	QUANTI DA DE	TOTAL
estacioname nto público	50 va ga s	01	-
estacioname nto funcionários	23 va ga s	01	-
banhei ro s	23.6m ²	06	141.6m ²
.....			141.6m²

se rv i ços

AMBIENTE	ÁREA	QUANTI DA DE	TOTAL
mon it or ame nto	32m ²	01	32m ²
sala t écni ca	13.3m ²	01	13.3m ²
re fe itó rio	33m ²	01	33m ²
cozinha	13.3m ²	01	13.3m ²
ve stiário (f/m/pne)	95m ²	01	95m ²
depósi to geral	80m ²	01	80m ²
ofi cina de reparos	47m ²	01	47m ²
dml	13m ²	01	13m ²
sala da patrulha	20.4m ²	01	20.4m ²
sala de armas	13.3m ²	01	13.3m ²
re po uso	13.3m ²	01	13.3m ²
sala mot orista s	20.4m ²	01	20.4m ²
.....			394m²

administração

AMBIENTE	ÁREA	QUANTIDADE	TOTAL
apoio adm/ secretaria	107m ²	01	107m ²
copa	17m ²	01	17m ²
sala coordenador	17m ²	02	34m ²
direção	17m ²	01	17m ²
sala técnica	34.5m ²	01	34.5m ²
reunião	46m ²	01	46m ²
financeiro/rh	95.5m ²	01	95.5m ²
diretor financeiro	23m ²	01	23m ²
atendimento rh	23m ²	01	23m ²
.....			397m²

delegacia

AMBIENTE	ÁREA	QUANTIDADE	TOTAL
recepção/espera	70m ²	01	70m ²
sala técnica	11.3m ²	01	11.3m ²
sala	13.2m ²	04	52.8m ²
investigação	34.4m ²	01	34.4m ²
supervisão	11m ²	01	11m ²
escrivão	10.8m ²	01	10.8m ²
gabinete delegada	23m ²	01	23m ²
reconhecimento	5.5m ²	02	11m ²
sala pm	23.5m ²	01	23.5m ²
cela	13.5m ²	02	27m ²
arquivo	23.5m ²	01	23.5m ²
gabinete + wc	23.5m ²	01	32m ²
repouso (m/f)	47m ²	01	47m ²
reunião	47m ²	01	47m ²
.....			474.8m²

bloco jurídico

AMBIENTE	ÁREA	QUANTIDADE	TOTAL
mp/defensoria			
hall	11.3m ²	02	22.6m ²
apoio	39.8m ²	02	79.6m ²
atendimento	11.3m ²	02	22.6m ²
assessoria 1	11.3m ²	02	22.6m ²
reunião	33m ²	02	66m ²
assessoria 2	35.5m ²	02	71m ²
gabinete	17.5m ²	04	35m ²
juizado			
hall/espera	37m ²	01	37m ²
sala audiência	96m ²	01	96m ²
gabinete + wc	34m ²	01	34m ²
apoio juiz	11.3m ²	01	11.3m ²
assessoria	11.3m ²	01	11.3m ²
arquivo	11.3m ²	01	11.3m ²
reunião	32.8m ²	01	32.8m ²
cartório	61m ²	01	61m ²
sala técnica	23m ²	01	23m ²
			637.1m²

psicossocial

AMBIENTE	ÁREA	QUANTIDADE	TOTAL
hall entrada	56m ²	01	56m ²
brinquedoteca	71m ²	01	71m ²
berçário	23.5m ²	01	23.5m ²
repouso psicólogas	13.6m ²	01	13.6m ²
sala psicólogas	56.8m ²	01	56.8m ²
sala assist. social	56.8m ²	01	56.8m ²
atendimento individual	13.7m ²	03	41.1m ²
atendimento grupo	47m ²	01	47m ²
			367.6m²

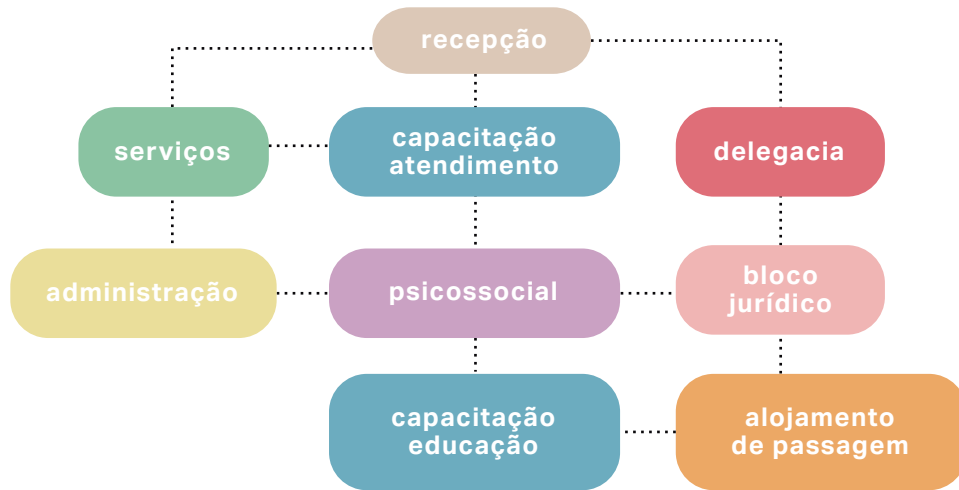
capacitação

AMBIENTE	ÁREA	QUANTIDADE	TOTAL
atendimento			
recepção/espera	46.7m ²	01	46.7m ²
matrícula	13.7m ²	01	13.7m ²
atendimento	6.6m ²	02	13.2m ²
educação			
auditório	275m ²	01	275m ²
biblioteca	96.2m ²	01	96.2m ²
sala informática	47m ²	01	47m ²
sala multiuso	47m ²	02	94m ²
sala oficina	47m ²	02	94m ²
sala aula	47m ²	03	141m ²
sala aula 2	23m ²	01	23m ²
sala gastronomia	47m ²	01	47m ²
sala prof.	52.9m ²	01	52.9m ²
diplomacia	17m ²	01	17m ²
			960.7m²

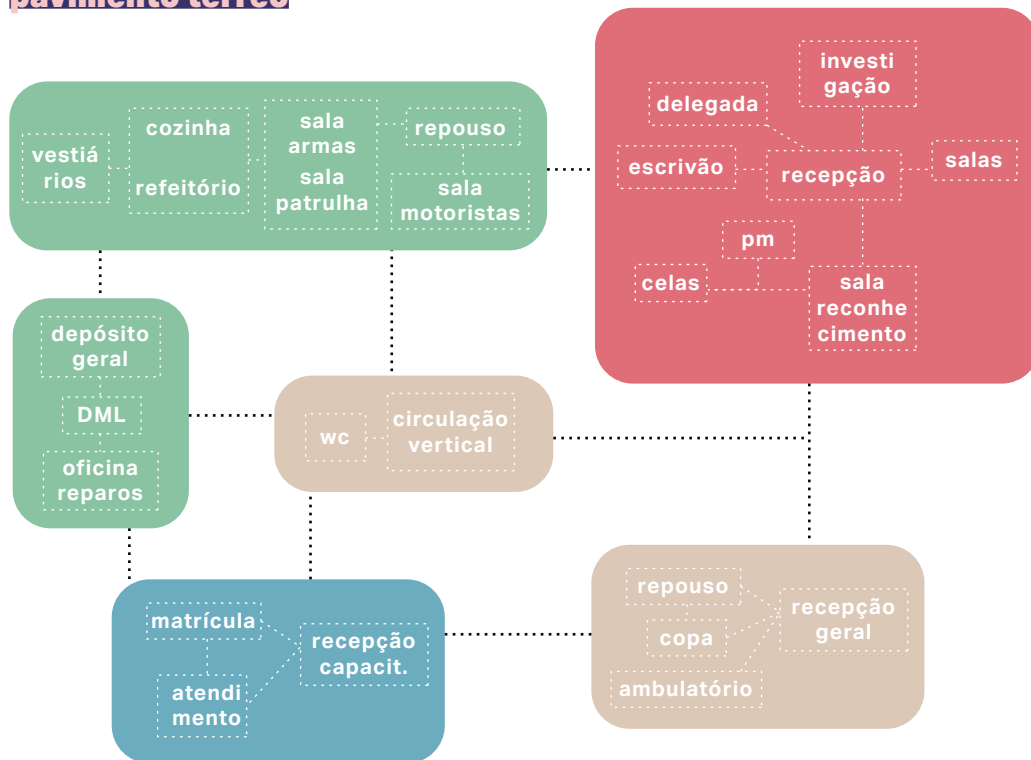
alojamento de passagem

AMBIENTE	ÁREA	QUANTIDADE	TOTAL
alojamento coletivo	47m ²	03	141m ²
alojamento familiar	35m ²	05	175m ²
alojamento individual	23.3m ²	07	163,1m ²
sala comum	109m ²	01	109m ²
refeitório	71m ²	01	71m ²
cozinha	60m ²	01	60m ²
banheiro (f/pne)	23.6m ²	01	23.6m ²
			671,7m²

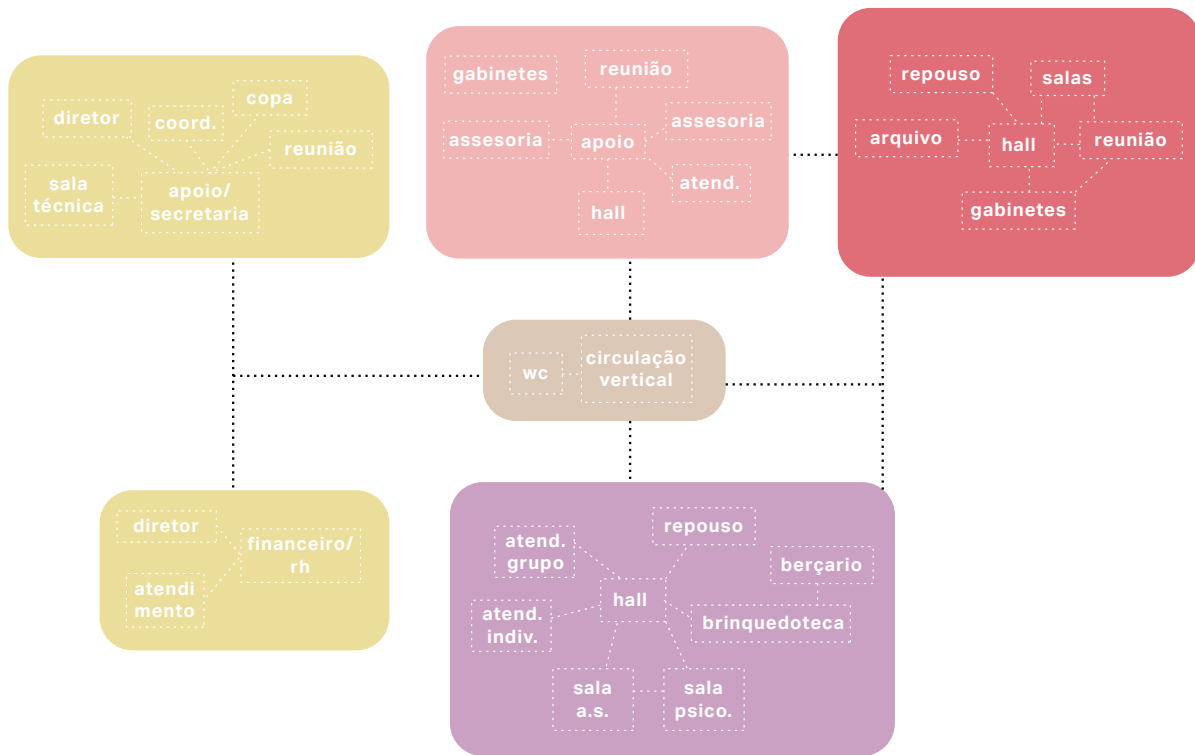
5. Fluxograma



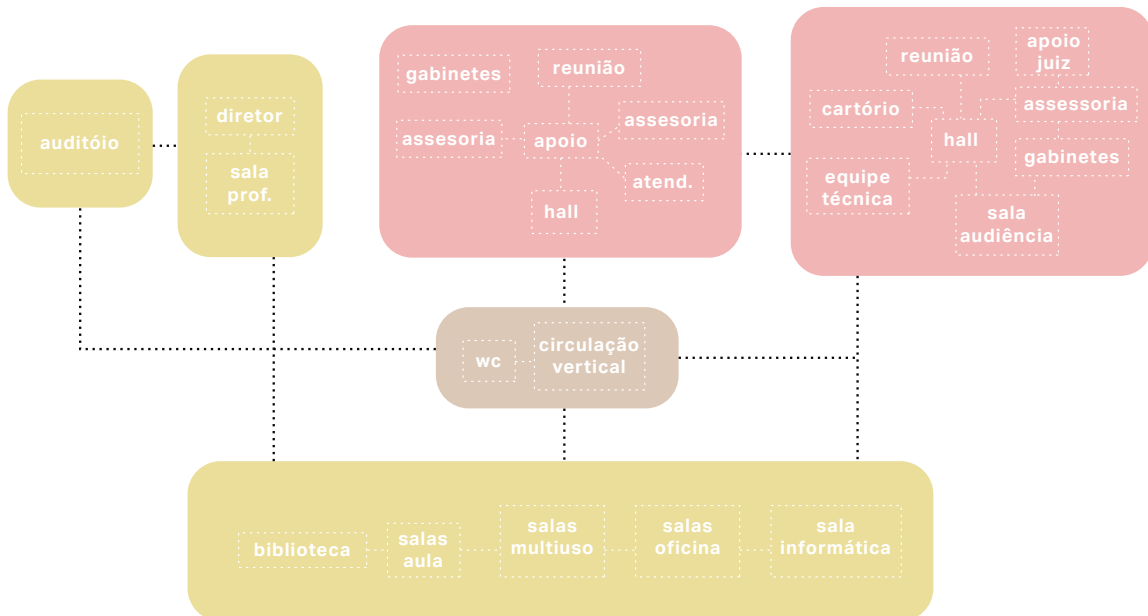
pavimento térreo



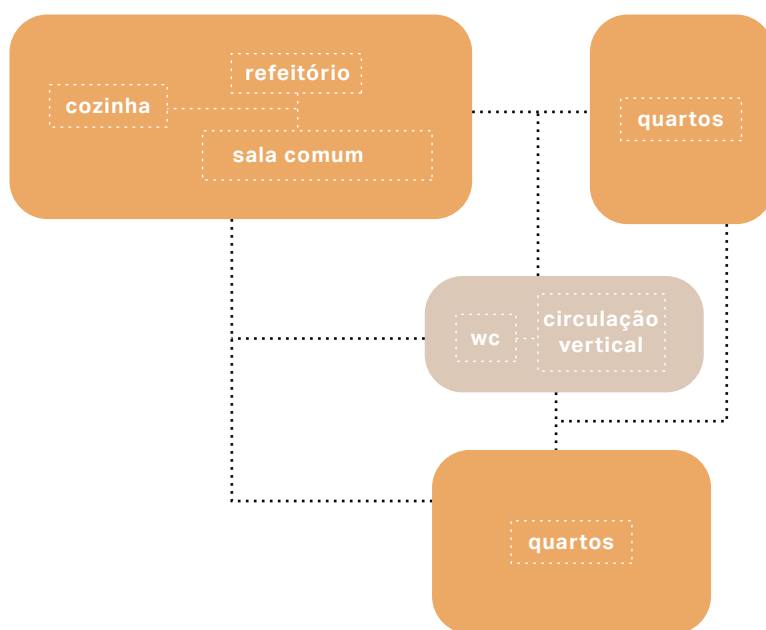
primeiro pavimento



segundo pavimento



terceiro pavimento



6. Implantação e Volumetria

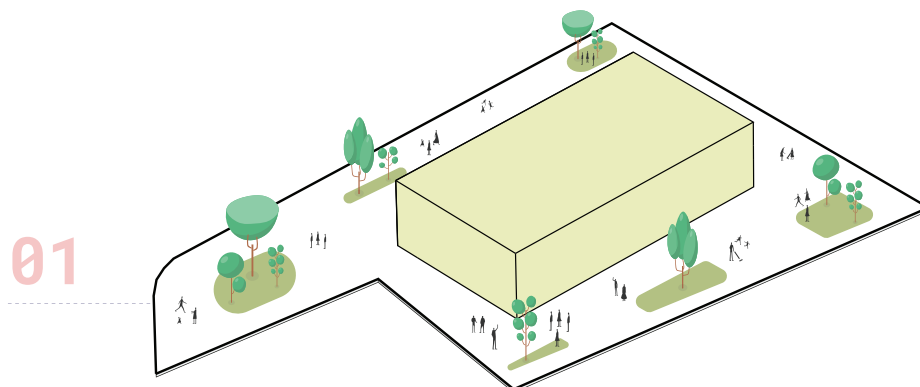
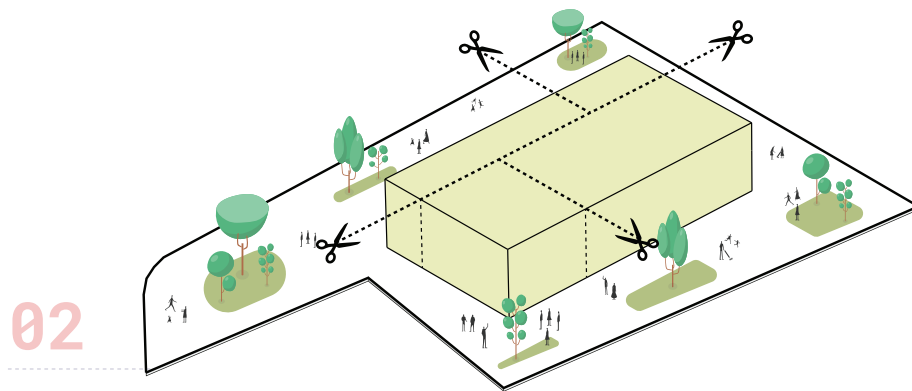
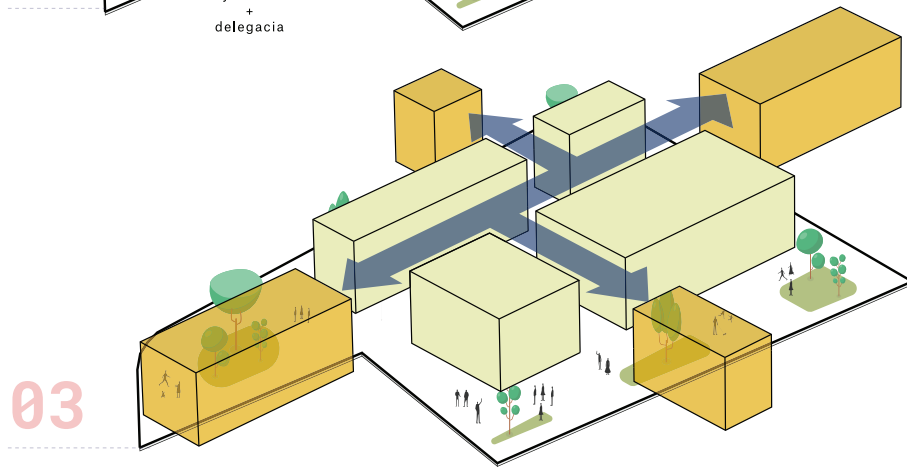
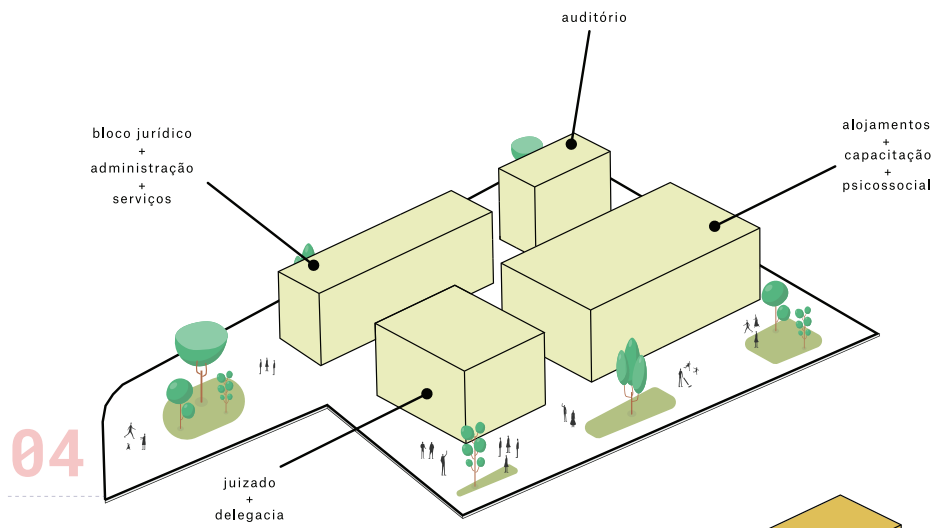
A implantação foi traçada a partir da setorização do extenso programa de necessidades, visto que as funções de cada setor são bastante distintas e necessitam de acessos separados por questões de segurança e controle de fluxo.

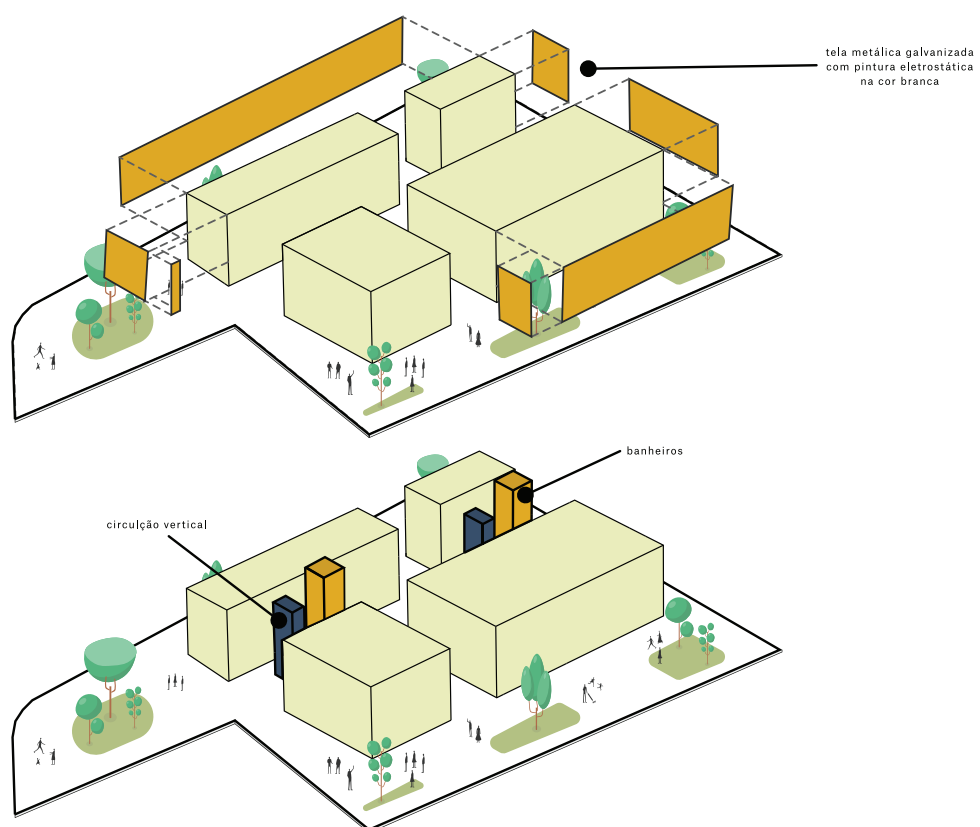
Na fachada principal estão os setores de delegacia/jurídico e capacitação/alojamentos de passagem; nos blocos de trás estão os setores de serviços/administração e auditório.

Dessa maneira, o edifício se resolveu formalmente numa composição composta por 4 volumes marcantes, onde em cada um deles se estabelece um tipo de programa. Os dois maiores blocos (delegacia e capacitação) que se situam na fachada principal são, com

melhor acesso, ventilação e menor incidência solar, são os setores que compõem a essência do programa de necessidade. Nos blocos traseiros se encontram as atividades secundárias, onde o fluxo é menor e predominantemente de funcionários, como os serviços e a administração.

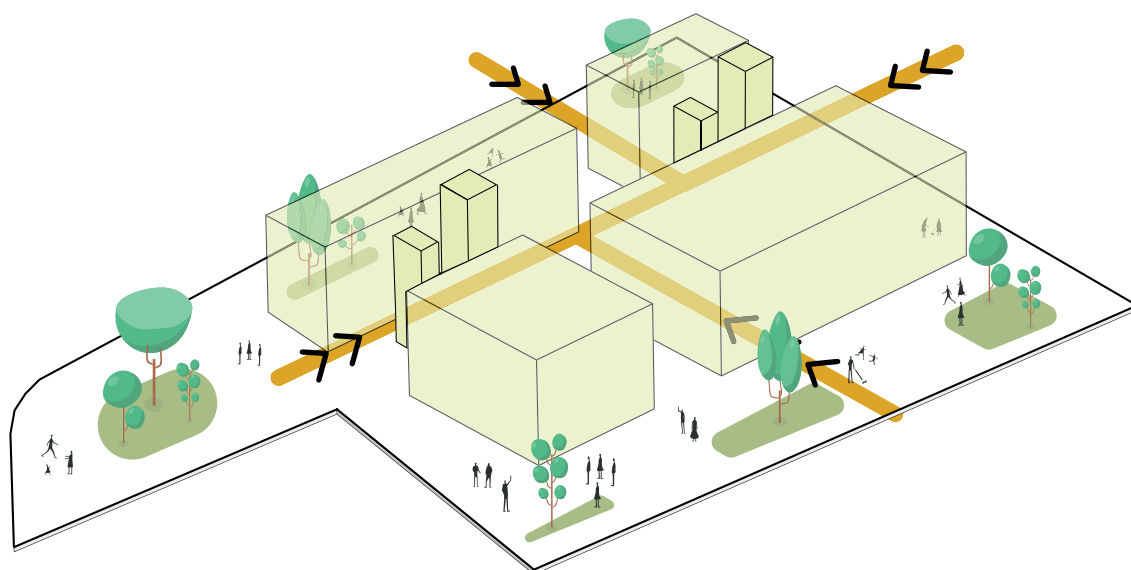
A setorização e separação dos blocos traça a essência do funcionamento e dos fluxos gerados no edifício. Cada unidade, funciona voltada para si mais do que para o entorno, consequência das atividades não conectadas entre-blocos. Dessa maneira, garante-se a segurança das principais usuárias da instalação: as mulheres.





Os fatores ambientais, tais como ventilação e insolação também foram determinantes na definição da implantação. Os blocos com menor fluxo foram dispostos nessa fachada, protegidos por uma tela metálica que constrói a unidade na fachada.

7. Fluxos



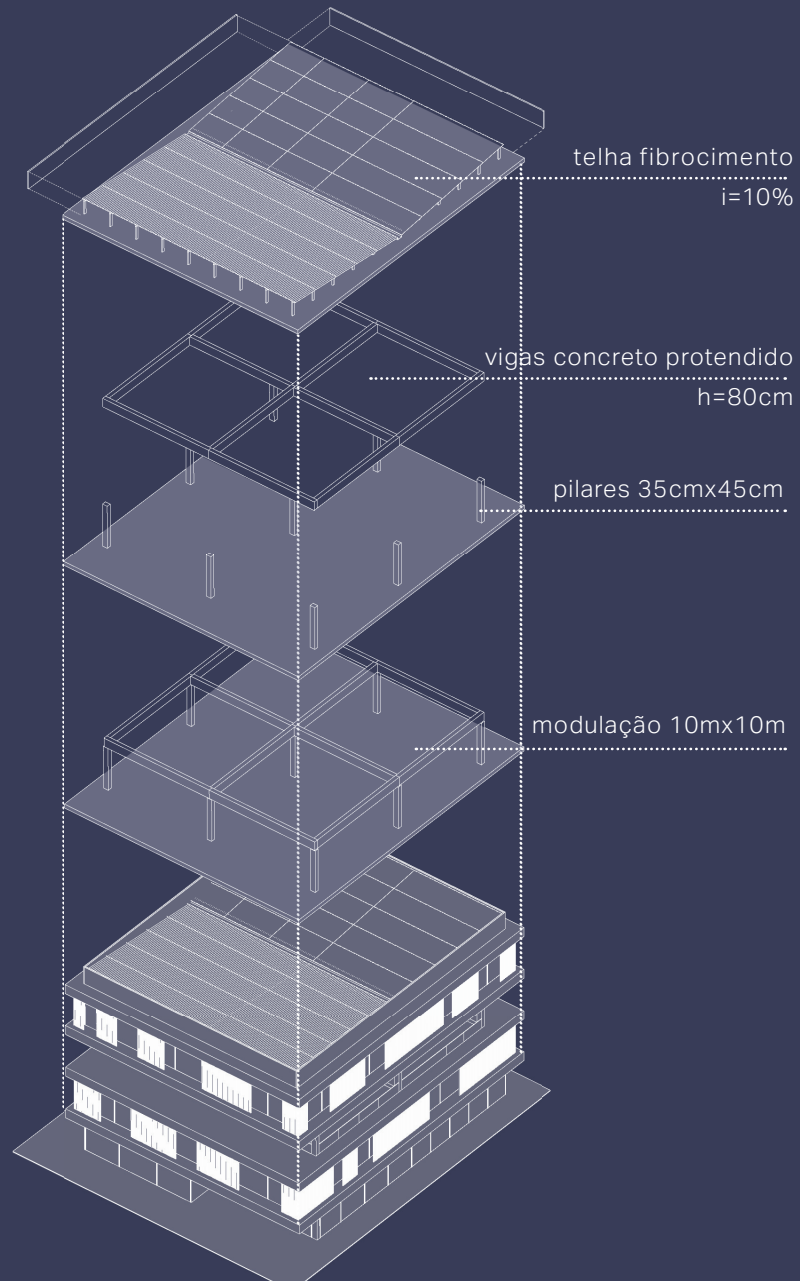
A conectividade entre os setores se dá através do eixo central que surge através da separação dos blocos. É nesse grande pátio acontece a comunicação entre os blocos, funcionando como área comum e de passagem entre os fluxos. Esse eixo central se apresenta apenas no pavimento térreo como uma maneira de facilitar o controle da passagem de pessoas.

Dessa forma, as circulações verticais e os banheiros foram localizados nesse eixo, visando facilitar e unificar o uso das áreas comuns.

8. Estrutura

A estrutura da edificação incorpora seu caráter independente. Os quatro blocos possuem estruturas que não se conectam entre si, porém seguem a mesma modulação. Essa malha estrutural foi condicionada de acordo com o maior bloco (capacitação), tornando o pátio central independente da modulação estrutural dos edifícios.

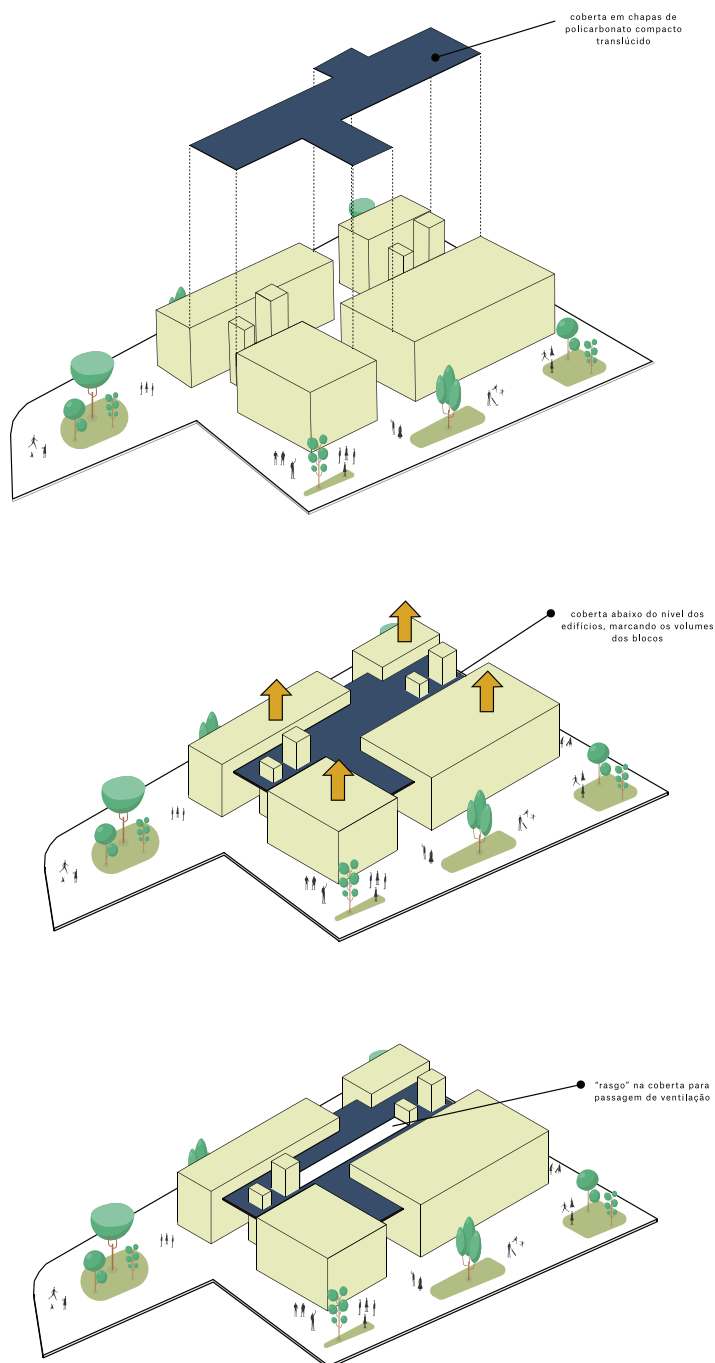
Os pilares de concreto estão dispostos em vãos de 10m em todos os blocos e possuem seção retangular de dimensões 35x45cm. As vigas possuem 80cm de altura e a laje de concreto armado possui 20cm altura.



a coberta

A coberta do eixo central, que cumpre a função de conectar os blocos ao seu redor. Ao mesmo tempo que faz a conexão, o seu material translúcido torna essa transição menos pesada, contrastando com os diferentes tipos de atividades do programa. Dessa forma, apesar de promover um passeio coberto, um rasgo central em sua estrutura permite a entrada de ventilação.

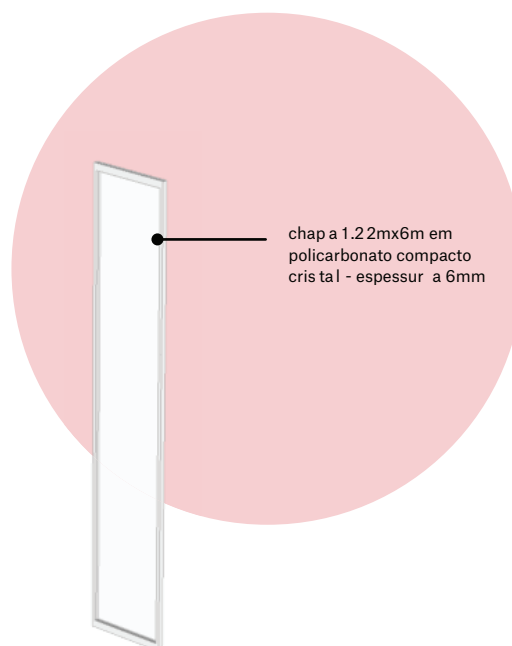
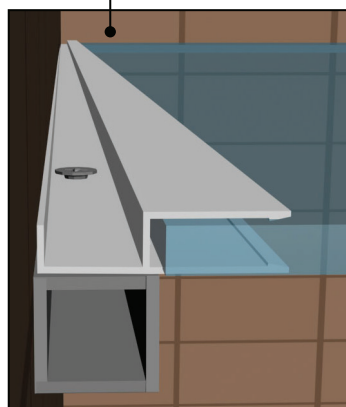
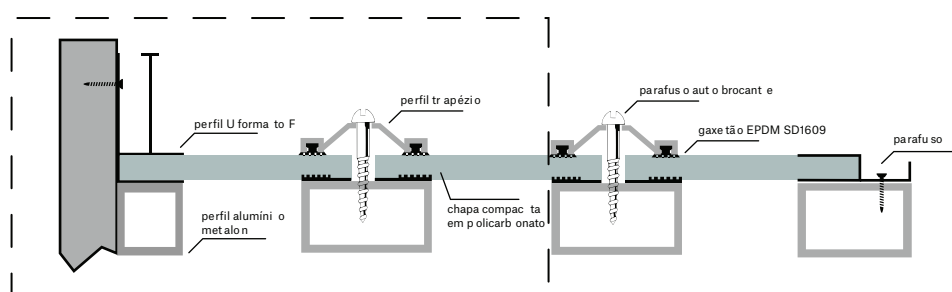
Para não influenciar no impacto visual da diferenciação dos blocos e não tornar a volumetria uma unidade, a coberta foi colocada entre os edifícios, não abrigoando os blocos em sua projeção. Dessa forma, apenas a circulação no pátio central é garantida por meio dela, permitindo a demarcação visual de cada setor.



O material utilizado foi a chapa de policarbonato compacta, devido a sua facilidade de instalação e modulação flexível e resistência a impactos, apesar da sua elevada transparência. As chapas utilizadas no projeto possuem dimensões de 6mx1,22m.

A estrutura de fixação da mesma nos edifícios acontece através de elementos de perfil metálicos, como mostra o diagrama a seguir:

Diagrama elaborado pela autora com base nos dados da empresa PolySolution



9. Alojamentos de Passagem

Provavelmente o setor mais delicado, e aos mesmo tempo importante, do programa de necessidades, visto que é de extrema importância esse alojamentos de passagem se encaixarem nas necessidades das mulheres. Grande parte das mulheres que fazem a queixa contra os agressores e precisam de abrigo, possuem filhos, dessa maneira, fazia-se necessário incorporar mais de uma tipologia de alojamento de passagem.

Ao todo são 3 tipos:

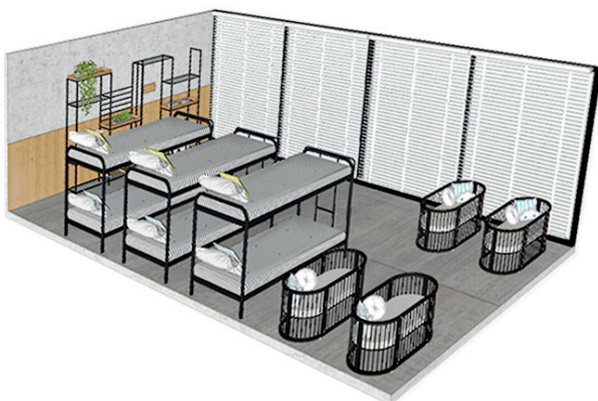
_Alojamento Individual



_Alojamento Família



_Alojamento Coletivo



CAPÍTULO 07

—

desenhos técnicos

1.1 Implantação

1.2 Planta Baixa Térreo

1.3 Planta Baixa Primeiro Pavimento

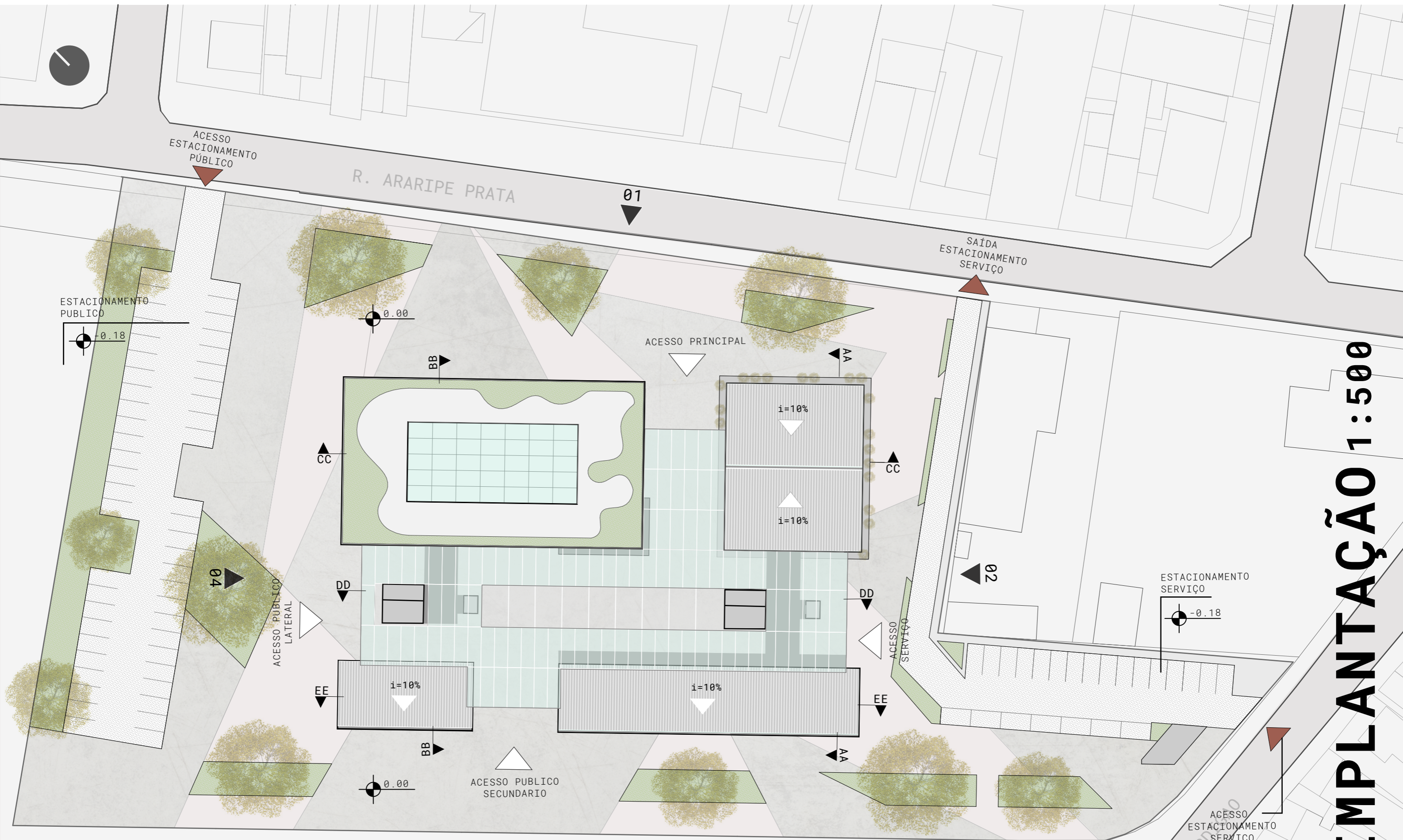
1.4 Planta Baixa Segundo Pavimento

1.5 Planta Baixa Terceiro Pavimento

1.6 Planta de Coberta

1.7 Cortes

1.9 Fachadas



IMPLANTACÃO 1:500

ÍNDICES URBANÍSTICOS	
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO	1.34
TAXA DE OCUPAÇÃO	18.45%
TAXA DE PERMEABILIDADE	36.22%
GABARITO	20M

DELEGACIA

- 01. RECEPÇÃO
- 02. SALA DELEGADA
- 03. SALA ESCRIVÃO
- 04. ARQUIVO
- 05. INVESTIGAÇÃO
- 06. SUPERVISÃO
- 07. HALL SALA POLICIAIS
- 08. SALA POLICIAIS
- 09. CELAS
- 10. CORREDOR ACESSO CELAS
- 11. HALL CIRCULAÇÃO
- 12. RECONHECIMENTO VITIMA
- 13. RECONHECIMENTO ACUSADO

PSICOSSOCIAL

- 14. RECEPÇÃO
- 15. ATENDIMENTO INDIVIDUAL
- 16. ATENDIMENTO GRUPO
- 17. BERÇÁRIO
- 18. BRINQUEDOTECA
- 19. REPOUSO PLANTONISTAS
- 20. SALA PSICÓLOGAS
- 21. SALA ASSISTENTES SOCIAIS
- 22. HALL

CAPACITAÇÃO

- 23. RECEPÇÃO
- 24. MATRÍCULA
- 25. ATENDIMENTO
- 26. ATENDIMENTO
- 27. TESOUREARIA
- 28. AUDITÓRIO

SERVIÇOS

- 29. DML
- 30. DEPÓSITO GERAL
- 31. OFICINA
- 32. MONITORAMENTO
- 33. SALA TÉCNICA
- 34. COZINHA
- 35. REFEITÓRIO
- 36. GUARDA-VOLUME
- 37. VESTIÁRIOS
- 38. SALA MOTORISTAS
- 39. REPOUSO
- 40. SALA PATRULHA
- 41. SALA ARMAS
- 42. BANHEIROS



PLANTA BAIXA TÉRREO 1:300

DELEGACIA

NÚMERO	AMBIENTE
01	GABINTE
02	REUNIÃO
03	REPOUSO
04	SALA TÉCNICA
05	DML
06	SALA
07	HALL
08	COPA

CAPACITAÇÃO

NÚMERO	AMBIENTE
09	BIBLIOTECA
10	SALA INFORMÁTICA
11	SALA AULA
12	SALA MULTIUSO
13	HALL - ÁREA COMUM
14	SALA PROFESSORES
15	COPA
16	REUNIÃO
17	SALA DIRETOR
18	TESOURARIA

ADMINISTRAÇÃO

NÚMERO	AMBIENTE
19	ATENDIMENTO
20	DIRETOR FINANCEIRO
21	FINANCEIRO/RH
22	DIRETOR
23	SECRETARIA
24	SALA TÉCNICA
25	COORDENAÇÃO
26	COPA
27	REUNIÃO

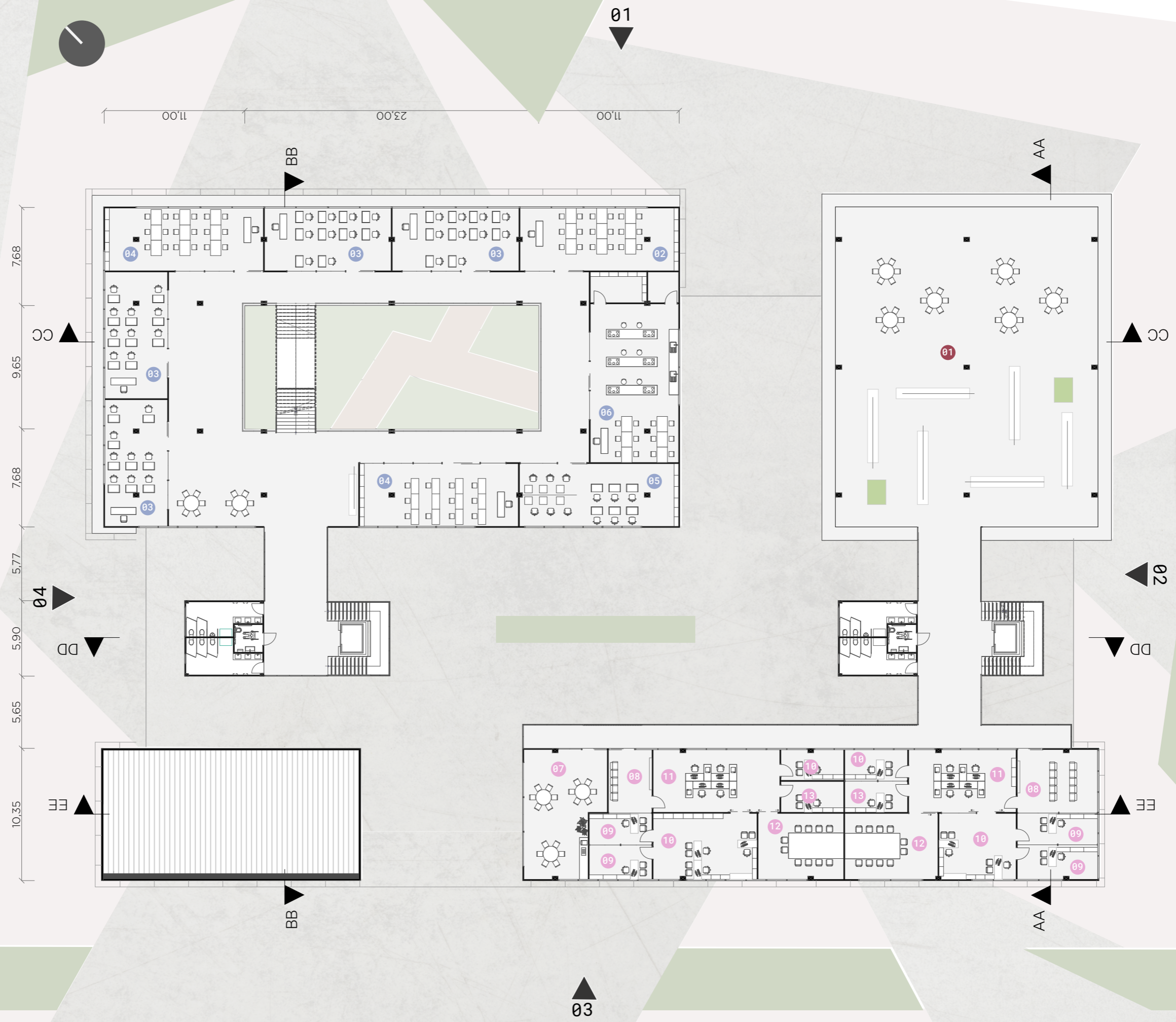


PLANTA BAIXA 1 PAV. 1:300

DELEGACIA	
NÚMERO	AMBIENTE
01	ÁREA COMUM (PAVIMENTO TRANSIÇÃO)

CAPACITAÇÃO	
NÚMERO	AMBIENTE
02	OFICINA
03	SALA AULA
04	SALA MULTIUSO
05	SALA BELEZA
06	SALA GASTRONOMIA

SETOR JURÍDICO	
NÚMERO	AMBIENTE
07	COPA
MINISTÉRIO PÚBLICO	
08	HALL
09	GABINETE
10	ASSESSORIA
11	APOIO
12	REUNIÃO
13	ATENDIMENTO
DEFENSORIA	
08	HALL
09	GABINETE
10	ASSESSORIA
11	APOIO
12	REUNIÃO
13	ATENDIMENTO



PLANTA BAIXA 2 PAV. 1:300

SETOR JURÍDICO

JUIZADO

NÚMERO	AMBIENTE
01	RECEPÇÃO
02	ASSESSORIA
03	APOIO
04	GABINETE
05	SALA DE AUDIÊNCIA
06	CARTÓRIO
07	REUNIÃO
08	ARQUIVO
09	SALA TÉCNICA
10	COPA
11	DML

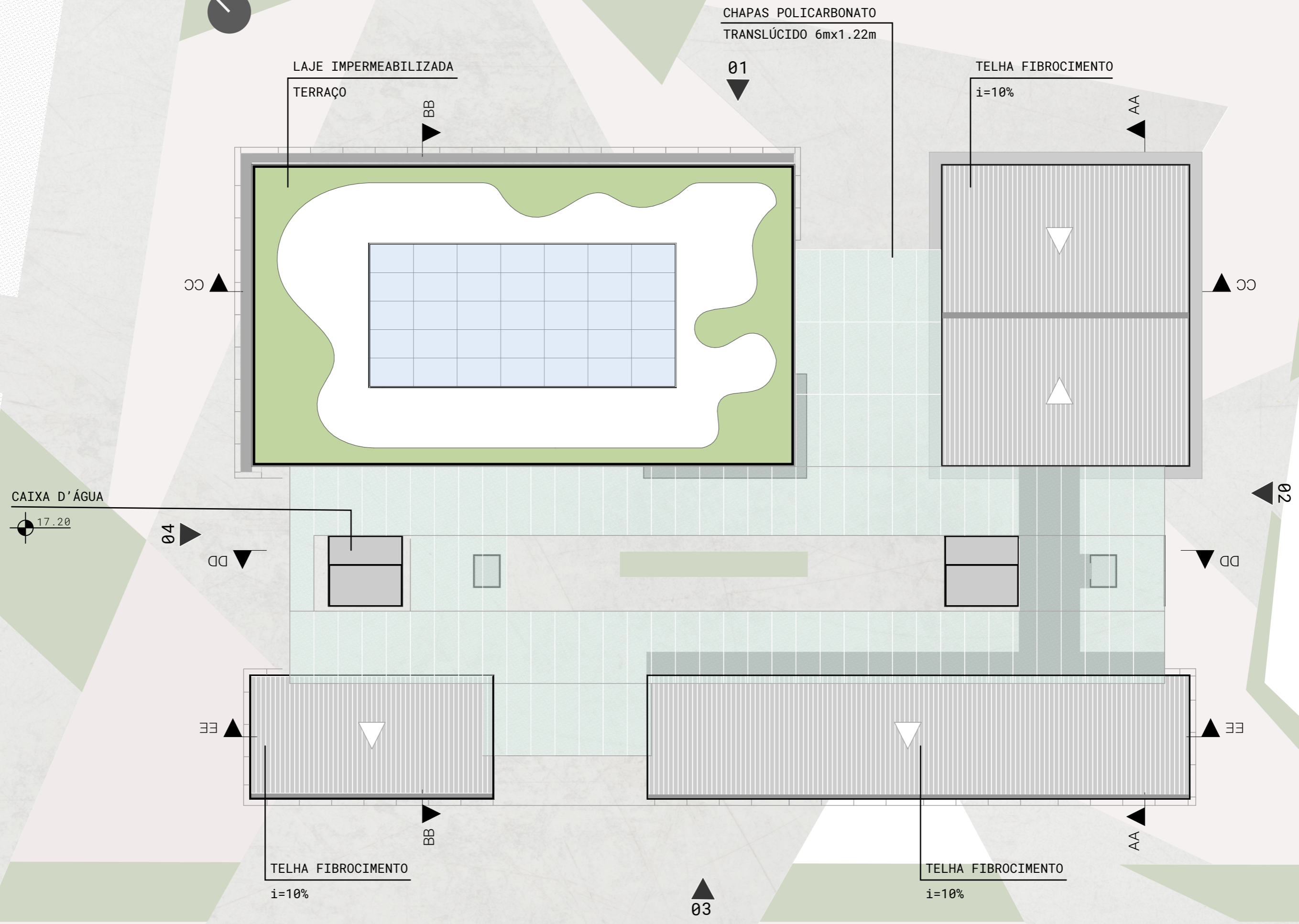
ALOJAMENTOS

NÚMERO	AMBIENTE
12	ALOJAMENTO COLETIVO
13	ALOJAMENTO FAMÍLIA
14	ALOJAMENTO INDIVID.
15	SALA COMUM
16	COZINHA
17	REFEITÓRIO
18	HALL COMUM



PLANTA BAIXA 3 PAV. 1:300

PLANTA DE COBERTA 1:300





corte AA .:. 1/250



corte BB .:. 1/250

CORTES 1:250



corte CC .:. 1/250



corte DD .:. 1/250

CORTES 1:250



corte EE .:. 1/250

CORTES 1:250



elevação 01 . : . 1/250



elevação 02 . : . 1/250



elevação 03 .:. 1/250



elevação 04 .:. 1/250

FACHADAS 1:250



vista fachada principal (01)



vista elevação 2 - acesso delegacia





vista interna - passarela pátio central



ADMINISTRAÇÃO
<<<<<<

SERVIÇOS
<<<<<

vista interna - pátio central



vista entrada principal



vista jardim interno - bloco capacitação



vista elevação 03



vista circulação capacitação



CAPÍTULO 08

—

considerações finais

1. Conclusão

Ao longo dos anos a realidade das mulheres, de fato, tem mudado, mesmo que de maneira lenta. A mulher começa a se mostrar como protagonista de sua própria história, desejando e lutando pela igualdade de direitos, deveres e oportunidades. O empoderamento se torna cada vez mais uma realidade e, portanto, olhar para essa evolução enche o peito de uma esperança tão grande quanto inabalável, de que muito mais será alcançado.

Porém, a desigualdade permanece encrustada na cultura do ser humano. E as consequências dessa trajetória têm sido muito duras e continua-se pagando um preço muito alto por ela. Os papéis rígidos que foram atribuídos aos gêneros ao longo dos anos não só contribuí, mas também constrói a cultura da violência contra a mulher. A discriminação contra a condição feminina atua na manutenção do status quo. Dessa forma, muitas vezes, a violência nem sequer é reconhecida por quem a pratica, nem por quem a sofre, ou quando reconhecida, permanece silenciada. E quando visível e denunciada, essa violência é minimizada, tanto pelos profissionais, quanto pela sociedade, que reproduzem padrões discriminatórios.

Não se pode negar, muito menos deixar de debater, que os números de violência contra a mulher na verdade não condizem com a realidade que se está tentando construir, muito menos com a (suposta) evolução so-

cial da qual muitas pessoas se orgulham. Convivemos, ainda, com a sensação da crescente violência contra a mulher.

No Brasil, estima-se que cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos; o parceiro (marido, namorado ou ex) é o responsável por mais de 80% dos casos reportados, segundo a pesquisa “Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privados” FPA/Sesc, 2010). Apesar dos números assustadores, muitas vezes, o problema não é devidamente dimensionado pelo poder público e sociedade, em virtude dos mecanismos históricos e culturais já mencionados, que alimentam um pacto de silêncio e convivência com esse tipo de crime.

Dessa forma, o estudo e debate sobre um equipamento voltado para o acolhimento das mulheres em situação de violência, escancara a realidade de desigualdade em que vivemos. Portanto, a base do projeto se firma no impulsionamento e visibilidade das lutas feministas, bem como apoio e empoderamento às mulheres como um todo.

2. Referências Bibliográficas

- FIGUEIRÊDO, Ediliane Lopes Leite de. A TRADIÇÃO JURÍDICA SEXISTA BRASILEIRA: MANIFESTO DA DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE DAS MULHERES. 2019. Disponível em: <<https://emporiododireito.com.br/perfil/ediliane-lobes-leite-de-figueiredo>>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- LIMA, Paulo Marco Ferreira. Violência Contra a Mulher: O homicídio privilegiado e a violência doméstica. 2. ed. São Paulo: Atlas S.a., 2013. 175 p.
- Pasinato W, Santos CM. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil. Pagu-Unicamp, Ceplaes, IDRC; 2008. [acessado 2011 ago 30]. Disponível em: <http://www.ceplaes.org.ec/AccessoJusticia/materiales.html>
- Pasinato W. Estudo de Caso sobre o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Rede de Serviços de Cuiabá – Mato Grosso [Relatório final]. Salvador: Observe – Observatório Lei Maria da Penha; 2009.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Sistema penal e violência de gênero: análise sociojurídica da Lei 11.340/06. Sociedade e Estado. [online]. 2008, vol.23, n.1, pp.113-135.
- ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. Casas-abrigo: no enfrentamento da violência de gênero. São Paulo: Veras Editora, 2007.
- LIMA, Paulo Marco Ferreira. Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência doméstica. São Paulo: Atlas, 2013.
- FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth. Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.
- BRAGA, Kátia Soares. Bibliografia Maria Da Penha - Violencia Contra A Mulher No Brasil. São Paulo: Edunb / Letras Livres, 2006.
- RAMOS, Jô. Violência Contra Mulheres: Dê um basta! São Paulo: ZL Editora, 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas Públicas Para as Mulheres. 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf>
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

